

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 78ª
(SEPTUAGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER a questão do funcionamento e organização dos
Conselhos Regionais de Saúde do Distrito Federal.
de 06 de setembro de 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.949, de 2017, de autoria do Deputado Ricardo Vale, a sessão ordinária de hoje, quarta-feira, dia 06 de setembro de 2017, fica transformada em comissão geral, para debater a questão do funcionamento e organização dos Conselhos Regionais de Saúde do Distrito Federal.

A Presidência vai suspender os trabalhos, convidando as Sras. e Srs. Deputados, bem como todos os convidados, a participarem desta comissão, no plenário.

Está suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 14h57min, a sessão é reaberta às 15h31min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Declaro reaberta a presente sessão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	2

Quero agradecer a presença de todos e de todas, de todos os conselheiros. Quero dizer que, atendendo ao pedido dos Conselhos de Saúde do Distrito Federal, nós criamos uma frente parlamentar aqui com 24 assinaturas. São 24 Deputados. Eu fiquei como Presidente e a Deputada Celina Leão como Vice-Presidente. S.Exa. chegará aqui daqui a pouco.

Antes de entrarmos neste ato, nesta audiência, em que vamos discutir um pouco sobre a questão dos conselhos, eu queria convidar o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Joe Valle e o Deputado Prof. Reginaldo Veras para virem aqui à Mesa para fazermos uma homenagem a um ilustre brasileiro, morador de Sobradinho: Alberto Salgado, artista, multi-instrumentista, músico, intérprete, compositor, arranjador e professor de violão, morador de Sobradinho, cidade onde eu nasci. Eu tenho muito orgulho de ser sobradinhense. Eu quando saio por aí, não falo que sou brasileiro, falo que sou sobradinhense. O pessoal acaba procurando saber que cidade é essa, cidade satélite maravilhosa, onde ele nasceu no dia 18 de agosto. Eu nasci no dia 29 de julho.

Ele recebeu o Prêmio da Música Brasileira em sua 28ª edição. Neste ano, o prêmio teve recorde de inscrições, com 1.199 cd e 128 dvd. E Salgado recebeu o troféu de melhor álbum na categoria regional por *Cabaça D'água*, disco lançado em 2016. Nessa categoria, o músico de Brasília concorreu com ninguém menos do que Alceu Valença. Para vocês verem que não foi assim... Além do Alceu, também o Raimundo Sodré. Sua trajetória de sucesso bem como serviços prestados à cultura brasileiro são alguns dos motivos para que Salgado receba essa moção de louvor, pois ele enche de orgulho toda a comunidade cultural da cidade e seus habitantes, levando a música de Brasília para todo Brasil e para todo exterior.

Quero também agradecer a presença de muitos músicos, artistas aqui que estamos vendo – não vou citar nomes – e que vieram prestigiar este momento. Enfim, quero convidar nosso homenageado Alberto Salgado para vir aqui receber das mãos do nosso Presidente, do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Prof. Reginaldo Veras e de minhas mãos esta justa homenagem da Câmara Legislativa. (Pausa.) (Palmas.)

Vou passar a palavra ao nosso homenageado, Alberto Salgado, para ele fazer algumas considerações sobre essa trajetória linda e essa grande vitória do povo brasileiro. Você nos deixou muito orgulhosos com isso.

Concedo a palavra ao Alberto Salgado.

SR. ALBERTO SALGADO – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a presença de todo mundo e também a homenagem prestada por esta Casa, vinda especialmente do Deputado Ricardo Vale. Tenho muito que lhe agradecer de coração e a todos os demais Deputados, Joe Valle e todo mundo que está aqui, em prol desse símbolo, desse significado da nossa música, que está sendo tão bem representada.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	3

Esse prêmio não é só meu. Ele é de Brasília, de Sobradinho, é dos meus amigos que me ajudaram a construir esse álbum, que foi premiado: no caso, Célio Maciel, que, além de um grande baterista, é um excelente fotógrafo; Sandro Jadão e todos os parceiros que participaram comigo nas composições das músicas também. Enfim, meu sentimento, minhas palavras são apenas de gratidão a todo mundo, especialmente a vocês que estão comigo agora. Obrigado.

Eu não posso me esquecer também de ressaltar a importância que tem o FAC – Fundo de Apoio à Cultura. Esse disco foi feito com esse apoio. Esse prêmio vem também para mostrar a importância de se preservar esse fundo para que mais artistas possam ser beneficiados por esse tipo de projeto e possam trazer mais reconhecimento para a nossa cidade. Então, peço a todos os Deputados que sempre defendam nosso Fundo de Apoio à Cultura. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Parabéns, Alberto Salgado. Acho que você tem razão: chegar aonde você chegou com essa estrutura... O Estado acaba, muitas vezes, deixando de reconhecer e de ajudar a cultura do Distrito Federal.

Conhecemos muitos músicos que são excelentes artistas, mas que não têm apoio nenhum do Estado. Pessoas como você... Eu sei que você deve ter ralado muito para chegar aonde chegou e precisa de apoio para continuar o trabalho. E o FAC é um desses instrumentos que temos que melhorar, potencializar. É preciso que o Estado reconheça que a cultura é um instrumento poderosíssimo de transformação, de inclusão social, de geração de emprego, de geração de renda, mas, infelizmente, nós estamos devendo, tanto o GDF como a própria Câmara.

Fica aqui a nossa homenagem. Sabemos que não é fácil chegar aonde você chegou. Os Deputados que estão aqui têm o compromisso de lutar para que a cultura do Distrito Federal tenha um carinho, um reconhecimento maior, até mesmo porque está aí um exemplo de que nós temos excelentes artistas aqui, excelentes profissionais em todas as áreas da cultura, que só precisam de um pouquinho de ajuda, de um olhar mais carinhoso por parte do Estado. Parabéns! Estou muito orgulhoso de poder tê-lo homenageado. Você merece. (Palmas.)

Nós vamos agora tratar dos nossos conselhos de saúde. Deputados, se quiserem permanecer, fiquem. Eu vou convidar para fazer parte da Mesa a Coordenadora do Fórum Itinerante do Conselho Regional do DF e membro do Conselho Regional de Saúde do Núcleo Bandeirante, Sra. Maura Lúcia Gonçalves dos Anjos; a representante do movimento social Frente Popular em Defesa do SUS, Sra. Maria Arindelita Neves de Andrade; o Sr. Secretário de Auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Dr. Agnaldo Moreira Marques. A Deputada Celina Leão chegando, a gente a coloca aqui na Mesa. (Pausa.)

Eu vou ler aqui a justificativa da criação dessa frente parlamentar. Como eu disse, foi uma solicitação de vocês, dos conselheiros de saúde do Distrito Federal. Daqui a pouco a gente fala o motivo dessa solicitação de vocês. A gente já pode,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	4	

evidentemente, imaginar – todos vocês que estão aqui – principalmente a estrutura e o objetivo dessa frente. Ela foi criada com a assinatura dos 24 Deputados Distritais, e todos eles se comprometeram aqui com a gente a apoiar, a ajudar, a estar presentes de forma mais eficaz, eu diria.

Hoje, infelizmente, em função daquela sessão de ontem, um pouco tumultuada, aqui na Câmara, a gente acabou transformando esta sessão em uma comissão geral. Está meio esvaziada, mas, como falei, hoje é um ato em que não vamos nos aprofundar nos problemas que temos de estrutura, da relação com o próprio Estado e conselhos. Não vamos aprofundar esse debate hoje, aqui, mas vamos tirar uma série de encaminhamentos em que vamos aprofundar.

Hoje, aqui, eu diria que é o lançamento oficial da frente e o debate. Então, a frente tem como objetivo: acompanhar as articulações e as mobilizações na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS; colaborar para o fortalecimento da atuação dos conselhos regionais de saúde no âmbito do Distrito Federal; incentivar a efetivação de mecanismos de controle e participação social para o monitoramento da execução da política de saúde do Governo do Distrito Federal; aprimorar a relação entre os conselhos regionais de saúde e a Câmara Legislativa do Distrito Federal; cooperar na formulação de leis e proposições legislativas que fortaleçam o sistema de saúde do Distrito Federal; promover audiências públicas e seminários para discutir e aperfeiçoar a atuação dos conselhos regionais de saúde; prestar apoio na realização de ações de fiscalização do atendimento do serviço de saúde prestado à população do Distrito Federal e outras ações.

Eu me sinto muito feliz por ter sido escolhido por alguns de vocês para estar à frente dessa frente parlamentar que vai, com certeza, como falei aqui... até porque os Deputados assumiram o compromisso de ajudar principalmente a melhorar essa estrutura dos conselhos. Mas quero lembrar que a gente, desde quando cheguei à Câmara, tem tido uma atuação muito, eu diria assim, firme na defesa da saúde pública do Distrito Federal. Estou aqui há dois anos e pouco, é o meu primeiro mandato, mas já cheguei a esta Câmara com aquela onda que eu diria privatista – alguns não falam que é isso –, de se privatizarem algumas áreas da saúde pública do Distrito Federal através daquelas OS – Organizações Sociais.

Eu, durante aquele primeiro ano de mandato do Governador Rodrigo Rollemberg, por muitas vezes falei com ele, fizemos vários debates aqui na Câmara, no sentido de trabalhar para impedir que isso acontecesse. A gente tem visto, no País inteiro, que as OS, infelizmente, não cumprem o papel que alguns acham que deveriam cumprir.

Onde tem OS, a saúde pública não melhorou, são verdadeiros esquemas de desvio de recurso público – em todos os estados –, e o Governo do Distrito Federal queria porque queria testar isso aqui. Felizmente, não conseguiu, e esta Câmara teve um papel importantíssimo. Não só a Câmara, mais os servidores da saúde do Distrito Federal e os conselhos de saúde também.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	5

Foi uma grande vitória nossa, porque o Governo já desistiu das OS aqui no Distrito Federal. Isso, eu ouvi da boca do próprio Governador. Mas, como é uma onda privatista que vem de novo aproveitando essa crise política, essa crise econômica, essa crise ética por que o nosso país passa, o setor empresarial acha que a solução é sair privatizando tudo.

Vocês estão vendo aí, agora, a tentativa de se privatizarem várias empresas públicas, seja no País, seja aqui no Distrito Federal. A gente está muito atento a isso, ao ponto de protocolar aqui um projeto de emenda à Lei Orgânica, o PELO nº 43, de 2016, que felizmente passou em todas as comissões e está muito próximo de vir ao Plenário para votarmos.

O que está faltando aqui para a gente votar no Plenário? Ter os 16 votos. Uma mudança na Lei Orgânica precisa de 16 votos, e nós não os temos ainda. E eu não quero derrotar um projeto que foi construído por todos nós.

Mas me sinto feliz e com o sentimento de dever cumprido nessa área da saúde, porque a gente evitou que, de uma certa forma, várias áreas da saúde pública do Distrito Federal piorassem com essas OS.

Quero lembrar também que a pedido de vocês está tramitando aqui e deve ser aprovado nos próximos dias, o PL nº 1.457, de 2017, que institui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Conselho de Saúde. Será todo dia 10 de novembro de cada ano. Esse PL está na Comissão de Constituição e Justiça, e acredito que, em trinta dias, a gente vai ter essa data no Calendário Oficial da nossa cidade, que também foi um pedido de vocês.

E agora, com a Frente, estamos aí; o Governo com uma dificuldade enorme de gerir a nossa saúde. Acho que vocês, que estão lá na ponta, sabem muito mais do que eu de toda a dificuldade na gestão. Agora, vem aí o Instituto Hospital de Base, a que eu e muitos Deputados desta Casa fomos contrário, mas que passou. Eu agora torço, como toda a sociedade, como todo mundo, para que dê certo, porque não vai ser pouco o investimento. E vamos cobrar, porque foi uma aposta, está em andamento, e vamos cobrar que dê certo. Mas confesso que estou muito preocupado, porque, na minha avaliação, não deixa de ser um processo de terceirização da saúde, que tem de ser dever do Estado.

Essa Frente Parlamentar da Saúde vai assessorar os conselhos de saúde, ela vai estar mais próxima, porque temos visto as dificuldades. Vários de vocês já me procuraram ou procuraram outros Deputados para relatar uma série de coisas, uma série de desmandos, uma série de problemas que acontecem seja na ponta, na relação com a própria comunidade, seja na própria estrutura dos conselhos e na própria relação dos gestores com os conselheiros, a ponto de alguns conselheiros inclusive serem maltratados ou ameaçados, principalmente as pessoas que são da área da saúde, os servidores públicos, que sofrem uma série de questões que na nossa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	6	

avaliação são de cunho moral, perseguições. Essa frente vai estar muito atenta a isso, a Câmara tem também esse papel de acompanhar isso.

A partir dessa frente, agora, os gestores da área da saúde que destratarem esses conselheiros poderão ter que vir aqui à Câmara responder pelos seus atos. Esta é a ideia: termos uma frente aqui para auxiliar e ajudar o Estado, principalmente os conselhos, porque já sabemos que infelizmente aqui eles não funcionam como deveriam.

Tenho muito orgulho de convidar para compor a Mesa a nossa Vice-Presidente, a Deputada Celina Leão, uma Deputada que tem se destacado muito nesta Casa na defesa da nossa saúde pública. (Palmas.)

Vou aproveitar e abrir a plenária. Serão dez inscrições, quem quiser fazer o uso da palavra poderá procurar aqui a Rafaela.

Vou conceder a palavra agora à Deputada Celina Leão, se ela já quiser fazer algumas considerações. (Pausa.)

Vamos ouvir então a representante dos movimentos sociais da Frente Popular em Defesa do SUS – Sistema Único de Saúde, Maria Arindelita Neves de Andrade.

Maria Arindelita, você tem dez minutos para as suas considerações, fique à vontade.

SRA. MARIA ARINDELITA NEVES DE ANDRADE – Boa tarde a todos os parceiros e parceiras. Na pessoa do Deputado Ricardo Vale, cumprimento também a Deputada Celina Leão, o Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal e a minha parceira, a Maura.

Primeiro, eu gostaria de agradecer e dizer que eu represento a Frente Popular em Defesa do SUS. Nessa frente popular, nós temos sindicatos, acadêmicos, trabalhadores e usuários. Essa frente foi criada, Deputado, para fazermos a defesa do Sistema Único de Saúde. Estou aqui também como uma pessoa que trabalhou e se formou antes de termos o Sistema Único de Saúde. Muita gente não sabe o quanto essa política é importante para a vida de todos.

Também sou signatária do movimento pela criação dos conselhos de saúde, que fazia parte de uma plenária que acompanhou a Constituinte nas políticas públicas, e negociamos porque, como na história do Brasil temos avanços e retrocessos, nos retrocessos, temos que estar muitos atentos como luta.

Então, logo após a democratização do País, nós tivemos um retrocesso, a eleição de uma pessoa que a mídia conseguiu fazer, com uma história de caçador de marajás. Então essa história de perseguir o servidor, de desqualificar o serviço público, é antiga. E nós tivemos a eleição, um retrocesso. Já estávamos com o nosso candidato lá, quase chegávamos lá – não é, Deputado Chico Vigilante? –, mas perdemos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	7

Perdemos, mas nós tínhamos a Constituição, e com a Constituição nós tínhamos garantido que a população, que a participação da comunidade era uma das diretrizes desse Sistema Único de Saúde. Porque nós sabíamos que, com a sociedade que nós temos, com a desigualdade social que nós temos no Brasil, nós não íamos conseguir fazer um Sistema Único de Saúde da forma como nós o estávamos pensando: que ele fosse equânime, que ele fosse um direito de cidadania.

Como nós já sabíamos que, se a população não viesse a participar desta luta, nós não íamos ter esta política pública, brigamos. Tivemos o retrocesso de termos um político sobre o qual a população tinha sido enganada, logo em seguida ele vetou a participação da comunidade, mas nós negociamos. Tanto que o conselho de saúde – se vocês olharem o Sistema Único de Saúde, ele tem uma lei, a Lei nº 8.080, de 1990 – sai em setembro; em dezembro, por meio de parlamentares de frentes parlamentares, que não eram pessoas que tinham boa vontade com a população, conseguimos negociar – mesmo com essas pessoas lá – e tiramos outra lei no dia 28 de dezembro, que é a Lei nº 8.142, de 1990, que criou as conferências e os conselhos de saúde, que foram o nosso resgate da participação da população nas políticas públicas.

Então, agora, o que é que nós estamos vivendo? Nós estamos vivendo um desmonte, no nosso entendimento, das políticas públicas. Nós estamos vivendo um retrocesso com relação à construção de um Estado soberano e de direito que deve começar pelo menos por garantias fundamentais, que são a educação e a saúde. E nós estamos vendo isso ser atacado. Nós pensamos, dentro dos conselhos, no nosso grupo, em que nos reunimos, que, se a população, principalmente a usuária, não vier defender esta política, não somos nós que vamos segurar. Até porque, como trabalhadores, nós temos sido muito atacados, nossos sindicatos têm sido muito atacados, e às vezes a população entende que realmente a responsabilidade da desqualificação e da carência do serviço público é nossa. Se não trouxermos esses usuários para fazer essa defesa, nós vamos retroceder, perder um direito à saúde que nós ainda não conseguimos garantir.

Então, em vez de se brigar pela qualificação do serviço, nós estamos tendo retrocesso de querer privatizar. E quem sabe... Se, com ele público, a população já está com dificuldade de ter acesso, se ele for privatizado, ela está fora. Até porque perde o direito de cidadã até de reclamar. E é isso que nós estamos vivendo.

Outro ataque muito grande vem para a educação, tanto que as pessoas não querem a população pobre com acesso a uma educação de qualidade, para pensar, só querem que ela aprenda a pregar prego, fazer qualquer trabalho lá, tanto que há a discussão grande de escola sem partido – e eu espero que isso não bata aqui dentro do Distrito Federal também –, que tira o direito de as pessoas terem uma formação plena. Porque a população com mais recurso tem uma formação plena, os filhos estudam sociologia, os filhos têm acesso à literatura; agora, a população pobre só tem

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	8

acesso se for no serviço público. É por isso que nós defendemos também o ensino pleno.

Aproveito aqui para convidar todos a, amanhã, juntarem-se a nós no Grito dos Excluídos. A gente vai estar lá defendendo a saúde e a educação como um direito de cidadania, porque isso não é custo, é construção de cidadania.

Para concluir, Deputados, eu falo em nome dessa frente em que nós temos várias pessoas. Digo que fiquei muito feliz em saber dessa Frente Parlamentar. A primeira coisa que nós temos como reivindicação é uma atuação conjunta da Frente Parlamentar com a Frente Popular, porque, nesta Frente Popular que nós temos agora, tenho conversado com o nosso Presidente do Conselho, o Helvécio, aqui presente, sobre a importância de fazermos funcionar os conselhos regionais.

Nós temos um esforço muito grande de várias pessoas. Aqui eu posso destacar a Shirley e a Maura, que inclusive trabalharam aqui dentro desta Casa para termos essa Frente Parlamentar, para termos essa comissão geral, mas nós entendemos que, para fazermos a população participar, nós precisamos sair do Plano Piloto. A nossa população mais carente está no Sol Nascente, em Santa Maria, no Gama. Nós que moramos aqui no Plano Piloto temos recebido muito essa reclamação das pessoas, porque elas nos querem lá. E nós temos, às vezes, muita dificuldade de fazer essa mobilização. (Palmas.)

Então, junto com vocês, como Frente Popular, nós estamos trazendo uma reivindicação desse Parlamento, que mobilize vontade de governo, principalmente das diretorias regionais, considerando que os conselhos regionais de saúde estão determinados na Lei Orgânica do Distrito Federal. Então ninguém pode mexer com eles, porque deu trabalho fazer essa Lei Orgânica também aqui, como foi a Constituição. Nós queremos inaugurar em cada RA – Região Administrativa um conselho como um espaço de construção de cidadania, porque é nesse espaço que nós temos que aprender juntos.

Vocês sabem que, como nós trabalhadores somos atacados, muito mais atacados também são vocês, tanto é que na população, pelo senso comum, ser político é ser uma pessoa desqualificada, ser trabalhador da saúde hoje é ser desqualificado. E quem foi que criou essa história? Estão criando e botando isso na população que não tem acesso à reflexão, ao que é interesse dela. E aí nós entendemos como Frente Popular que lá dentro nós temos vários interesses. Não cabe só aos trabalhadores da saúde defender, porque eles têm às vezes os interesses deles, mas principalmente fazer uma aliança com os usuários, porque esses, sim, precisam de serviço público de qualidade.

Então essa é a minha reivindicação. Fico muito feliz aqui trazendo esse recado. Espero trabalhar com vocês na Frente Parlamentar com a Frente Popular para que a gente tenha todos os conselhos funcionando e, se essa lei que você propôs aí passar, que a gente faça um grande encontro de conselheiros de saúde no Distrito Federal.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	9

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Dona Maria Arindelita, representante do Movimento Social da Frente Popular em Defesa do SUS.

Concedo a palavra à Sra. Procuradora Especial da Mulher da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, inicialmente, eu queria agradecer a V.Exa., que, quando criou essa Frente Parlamentar, teve a gentileza de me convidar para ser a Vice de V.Exa. Então eu agradeço a lembrança de todos os conselheiros. Eu sei que isso foi fruto de um debate. V.Exa., sempre muito democrático, teve a gentileza de nos convidar. Eu estou muito feliz de estar aqui, porque, no nosso segundo mandato, nós temos a sensibilidade de que a saúde pública precisa verdadeiramente de uma representação mais forte. A fala aqui da Maria Neves realmente traz algumas reflexões para nós. Mas, primeiro, eu queria agradecer a V.Exa., Sr. Presidente. Quero registrar a presença aqui também do Deputado Chico Vigilante, que também é um dos signatários da Frente Parlamentar.

Quero parabenizar o Deputado Ricardo Vale, que conseguiu fazer com que os 24 Deputados assinassem essa Frente Parlamentar; a Coordenadora do Fórum Itinerante dos Conselhos Regionais do DF, Sra. Maria Lúcia Gonçalves; a representante do Movimento Social da Frente Popular, Maria Neves; o Sr. Secretário de Auditoria, Dr. Agnaldo Moreira, e todos os nossos conselheiros de saúde que aqui se fazem presentes.

Deputado Ricardo Vale, talvez nós estejamos no momento mais importante de discussão da saúde pública do Distrito Federal. A gente sabe que os Deputados que estão aqui presentes, tanto o Deputado Chico Vigilante, como o Deputado Ricardo Vale foram contrários a este início de uma possível terceirização do Sistema Público de Saúde. E nós somos contrários a isso pela questão de realmente entendermos que a saúde pública é um dever constitucional do Estado, e não um negócio financeiro.

Quero saudar aqui o Helvécio, Presidente do Conselho, que aqui se faz presente. Nós sabemos que a luta é muito árdua, porque, como disse a Maria Arindelita aqui, hoje é passado à sociedade – e isso é muito ruim – como se o problema da saúde pública fosse os servidores da saúde pública. Como os servidores vão trabalhar sem insumos? Como se trabalha em um hospital que não tem um pinga de condições de trabalho? Então, hoje eu falo, sabe, Deputado Ricardo Vale, que é quase um milagre você hoje fazer uma cirurgia na rede pública: conseguir um centro cirúrgico esterilizado, um anestesista, uma equipe multidisciplinar para conseguir ajudar e um cirurgião. É quase que um milagre você conseguir todos esses elementos em uma situação única.

E por quê? Porque precisamos descentralizar a saúde, como aconteceu na educação, que foi uma experiência superexitosa. Eu, como oposição ao governo, também tenho de reconhecer aquilo que é positivo. A Secretaria de Educação

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	10

conseguiu descentralizar os recursos para as escolas, para os PDAFs – Programas de Descentralização Administrativa e Financeira, e é uma experiência maravilhosa, superpositiva. Quadras que eram licitadas pela Secretaria por R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) estão sendo licitadas pelas escolas por R\$ 100.000,00 (cem mil reais). É uma economia aí de 700%. Então, é uma experiência exitosa. A gente entende que estes insumos têm de estar na ponta para que os gestores do hospital tenham condições de dar uma resposta rápida. E não é criminalizando o servidor público. Nós sabemos que muitas vezes o usuário chega ao hospital naquele momento de dificuldade precisando de um atendimento.

Eu quero homenagear muito vocês que são os conselheiros de saúde, porque, Deputado Ricardo Vale, é uma atividade sem remuneração. São pessoas que saem das suas casas, muitas vezes para ouvir as reclamações de milhares de pessoas, e se fazem voz daqueles que não têm voz, se fazem até a figura mais forte que consegue chegar muitas vezes ao governador, ao deputado, para fazer com que aquela reivindicação daquela população seja ouvida.

Nós tivemos tantos problemas nestes últimos tempos, não é Deputado Ricardo Vale? O fechamento da parte de cirurgia do Hospital do Paranoá, tivemos fechamentos de pediatria. E eu tenho certeza de que vocês, que estão lá na ponta, escutam as reivindicações da população, fazem reuniões mensais. Eu acho que a criação desta frente, Deputado Ricardo Vale, vai empoderar vocês, porque esta frente não é de um ou dois Parlamentares, mas dos 24 Deputados. E eu tenho certeza absoluta de que nós temos de fazer com que as vozes de vocês sejam ouvidas. Nós podemos chegar aqui com várias sugestões para a saúde, mas quem conhece a saúde com profundidade e que está todos os dias na ponta e ouvindo a população são vocês, que representam a população, que são conselheiros de saúde e que merecem todo o respeito desta Casa.

Eu peço escusas, porque eu cheguei um pouco atrasada, pois eu estava em outro evento, mas eu quero ouvir vocês. Nós temos outros Deputados que com certeza deverão fazer uso da palavra. O Deputado Ricardo Vale me disse que já passaram cinco Deputados aqui. Eu vi, inclusive, o Presidente desta Casa prestigiando este evento, algo que é muito importante. Mas esta Casa não tem como agradecer o trabalho que vocês têm feito pelo Distrito Federal. Nós sabemos que, muitas vezes, quando se tem uma crise muito grave, o conselho de saúde é o primeiro a aparecer no *DFTV*, na *Record*, brigando. E é esta força de vocês que faz que muitas vezes o governo recue, ou repense, ou volte atrás.

Foi colocado que nós estamos em um momento em que a política foi criminalizada. Isso é muito ruim, porque, em uma democracia equilibrada, os Poderes precisam ser equilibrados. O Poder Legislativo precisa ter a altivez que ele precisa ter. O Poder Executivo precisa ter o equilíbrio, e o Poder Judiciário. É somente com equilíbrio que podemos ter uma democracia plena. Então, não adianta! Vocês imaginem se existisse um Executivo sem o Poder Legislativo para falar, muitas vezes,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	11

não para algum projeto, para alguma discussão, ou para melhorar, muitas vezes, os projetos que chegam nesta Casa.

Eu não vou me alongar mais, Deputado Ricardo Vale, porque eu quero ouvir. No mais, eu quero parabenizar V.Exa. que teve essa ideia maravilhosa e que fez valer algo que V.Exa. tem colocado muito no seu mandato. Seu mandato é participativo, legítimo e da população. A gente vê que isso é real com a criação dessa frente. Estou à disposição. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputada Celina Leão. Vamos ouvir agora o Secretário de Auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Dr. Agnaldo Moreira Marques.

DR. AGNALDO MOREIRA MARQUES – Olá, boa tarde. Eu queria primeiramente cumprimentar o nobre Deputado, parabenizar todos os Deputados pela iniciativa da Câmara, cumprimentar os demais integrantes da Mesa, os presentes. Boa tarde a todos.

Falar em saúde não é um tema fácil. A gente fiscaliza no tribunal a saúde, a previdência, a educação, a segurança pública, mas o tema saúde, com certeza, talvez, se não é o mais difícil, é um dos mais difíceis.

A complexidade do tema saúde primeiro envolve os valores envolvidos. Quando pegamos o orçamento da saúde do Distrito Federal, vemos que é elevadíssimo, é o maior orçamento que tem. É importante, é complexo, pela repercussão social, ou seja, é uma necessidade básica da população. Então a nossa preocupação, no Tribunal de Contas, com o tema saúde é imenso, porque nós sabemos da repercussão para a sociedade.

É um tema difícil por ser um tema altamente especializado. Na hora de fiscalizar e verificar o que está certo e o que está errado, não é fácil, é um tema difícil, um tema muito difícil e de pouco conhecimento dos servidores. A gestão na saúde não é fácil. É um serviço onde se trabalha 24 horas, ininterrupto, tem sua peculiaridade, isso dificulta muito. Uma coisa é trabalhar com educação. Bem ou mal, educação é diurno, com escala.

Escala de servidor, por exemplo. Você trabalhar com escala em outros órgãos do GDF e trabalhar com escala na Secretaria de Saúde é muito mais difícil, é 24 horas. Ou seja, na Secretaria de Saúde, a área de saúde é um tema extremamente complexo, mas que o tribunal vem, eu acredito, contribuindo para promover a melhoria.

O Tribunal, além de se preocupar com a regularidade do gasto... Há inúmeros casos que temos que são mostrados pela mídia, ou quem acompanha mais de perto pode ver pelo site do tribunal. O tribunal é um órgão mais quieto, não é de divulgar muito suas ações, mas aqueles que estão acompanhando pelo site ou pela mídia certamente têm conhecimento de algumas irregularidades que são identificadas, e o tribunal, prontamente, adota medidas para corrigi-las.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA						NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL		12	

O tribunal também procura contribuir para a melhoria da gestão. É nesse enfoque que estamos aqui hoje. Nessa discussão, quando estamos falando da infraestrutura dos conselhos, da precariedade dos conselhos, o tribunal, enquanto órgão parceiro, focado na sua missão institucional também de melhoria da administração pública, quer contribuir com isso aí. O tribunal tem contribuído com essa pauta.

Vocês sabem muito bem que – vários aqui já participaram – o tribunal tem um programa de capacitação de conselheiro de saúde. Vários aqui, eu acredito, já participaram. A Tarsila é uma das instrutoras, ela trabalha comigo, é uma das auditoras do tribunal, é uma das que ministram esse curso. Então o tribunal cumpre esse papel também de tentar fortalecer o controle social mediante cursos.

Tenho conhecimento de que uma comissão de vocês também já visitou a presidência do tribunal, eu não estive presente, mas sei desse evento, é importante. Para quem não sabe, eu gostaria até de informar que tem, no tribunal, um pedido que foi acolhido pelo Plenário, para que a gente possa fazer uma fiscalização no âmbito dos conselhos distritais, e está envolvido o conselho de saúde, para verificar a precariedade, as condições de trabalho. Foi uma representação promovida pelo Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas, o Plenário acolheu.

Não vamos fazer essa fiscalização este ano porque nossa agenda já está comprometida. Nossa programação, os trabalhos já estão em andamento, não será possível, mas, no ano que vem, faremos essa fiscalização com o objetivo de fazer um grande diagnóstico na área dos conselhos. Nós sabemos que o controle social hoje é um importante instrumento para o Estado. A administração pública hoje tem que estar preocupada com o fortalecimento do controle social, com o princípio da transparência. O tribunal tem esse enfoque de controle social e transparência, de estimular os órgãos.

No ano que vem pretendemos fazer uma fiscalização nessa área para saber principalmente quais são os problemas. Eu acho que essa fiscalização nessa auditoria que iremos realizar certamente vai ser um ótimo diagnóstico para que possam ser tomadas medidas corretivas. Sabemos que o tribunal muitas vezes, ao fazer uma fiscalização – eu posso dizer com certeza – promove e disponibiliza aos gestores um excelente diagnóstico para a área.

Agora, soluções nem sempre são simples porque os recursos são limitados, os gestores têm que fazer escolha. O tribunal de contas não faz a escolha pelo gestor, a função do tribunal é mostrar o que está certo, o que está errado. Aquilo que está errado se é ilegal, tem que corrigir porque é ilegal. Aquele desempenho que não está satisfatório, apontamos ao gestor onde não está satisfatório. Agora, a decisão de correção é do gestor. Por que é do gestor? Os recursos são escassos. Aonde ele vai colocar o recurso... O tribunal lamentavelmente dentro da sua missão não pode substituir o governante. O governante, o Poder Executivo e o Poder Legislativo é que são os responsáveis pela política pública. O orçamento é aprovado nesta Casa, por exemplo, e ao Executivo compete executar. O tribunal oferece o diagnóstico, mas com

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA						NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL		13	

certeza o diagnóstico é instrumento importantíssimo para tomada de decisão, e iremos fazer isso o ano que vem.

Então, só para concluir, é isso. O tribunal está preocupado com o tema. Controle social é um assunto relevante para o tribunal. No âmbito de fiscalizações na Saúde temos vários. Recentemente os tribunais de contas estiveram reunidos para avaliar o grau de governança e controle nas secretárias de saúde de todo o Brasil. É um processo que tem no âmbito do TCU e que nós de todos os tribunais de contas de quase todos os Estados participamos, o Conselho de Saúde do Distrito Federal participou. Foi fornecido questionário, pesquisa de opinião. O tribunal de contas, mediante essa avaliação de âmbito nacional, determinou ao Ministério da Saúde, ao Conselho Nacional de Saúde a adoção de medidas com vistas à governança, tudo focado na melhoria da gestão pública. Agora, nem sempre tudo isso é rápido, de um dia para outro. Qualquer melhoria de política pública tem que ser discutida, tem que ser debatida. Mas queria deixar o recado de que estamos trabalhando, os tribunais de contas estão trabalhando.

Quem quiser anotar e tiver a curiosidade, o trabalho mais recente do Tribunal de Contas da União foi o Acórdão 1.130, de 2017, TCU plenário, em que foi feita uma avaliação no conselho de saúde nacional – esse trabalho de que falei de todos os tribunais de contas. E no Tribunal de Contas do Distrito Federal a auditoria que autorizou avaliar as condições da atuação dos conselhos é a 3.708, de 2017.

Deputado Ricardo Vale, nessa fiscalização que vamos fazer ano que vem, só gostaria de informar a V.Exa., Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, que o tribunal vai fiscalizar não apenas o Conselho de Saúde, mas a atuação de todos os conselhos sociais do Distrito Federal. Nosso levantamento preliminar aponta mais ou menos algo na faixa de vinte a trinta conselhos. E nós sabemos que vários desses não atuam por conta de uma infraestrutura precária, por não ter um carro para fazer visita. Recentemente eu, particularmente, tive uma reunião com o Conselho de Alimentação Escolar nas escolas e verifiquei que o conselho realmente não conseguia verificar a questão de cardápio de merenda escolar porque não tinha uma estrutura. Mas também muitas vezes tem estrutura, mas o conselho não é atuante.

E aqui é importante dizer a qualquer representante da sociedade, como a nobre Deputada bem lembrou aqui, que vocês são guerreiros, vocês são representantes da sociedade que trabalham sem remuneração, mas aceitaram um desafio, estão de parabéns, mas tem o desafio. Na medida em que vocês aceitaram esse cargo de representantes de algum segmento da sociedade, a sociedade espera o trabalho de vocês. Então, vocês têm que ser atuantes, têm que correr atrás, como estão aqui, como estão aqui. É isso que a sociedade espera de vocês. E foi esse o meu discurso lá no Conselho de Alimentação de Merenda Escolar, se não me engano o nome é esse, que é vinculado à Secretaria de Educação, ou seja, a sociedade espera

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA						NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL		14	

que os conselhos representem a sociedade e cumpram seu papel, papel de mobilizar, de reunir, de controlar, de fiscalizar, de levar a público o que está acontecendo.

Então, eu gostaria de parabenizar e finalizar dizendo que o Tribunal está preocupado com o assunto e vai atuar nesse tema.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Eu agradeço ao Secretário de Auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Dr. Agnaldo Moreira Marques.

Eu quero registrar a presença do nosso Deputado Wasny de Roure, que está participando desta comissão geral; do Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, Dr. Helvécio Ferreira; do Sr. Ronaldo Serggiaro, do Conselho Regional de Saúde de Taguatinga; do Presidente do Conselho de Saúde de Samambaia, Sr. Joel dos Santos; do Sr. Alex Paz, da Associação dos Artistas e Músicos de Sobradinho; do Sr. José Simões, representando o Conselho de Transparência do Distrito Federal; da Assessora do gabinete do Deputado Chico Leite, Sra. Joana D'Arc.

Passo a palavra, neste momento, para a Sra. Maura Lúcia Gonçalves, Coordenadora do Fórum Itinerante de Conselhos Regionais do Distrito Federal e Membro do Conselho Regional de Saúde do Núcleo Bandeirante.

Deputado Wasny de Roure, se V.Exa. quiser fazer uso da palavra a qualquer momento, e o Deputado Chico Vigilante também...

SRA. MAURA LÚCIA GONÇALVES DOS ANJOS – Cumprimento a Mesa em nome do Deputado Ricardo Vale, agradeço a presença de todos os Deputados que têm acolhido a nossa demanda.

Essa demanda é uma demanda de todos os conselhos regionais por um fórum que foi constituído em 2014. Esse fórum é itinerante porque a gente busca estar em contato com todos os conselhos regionais até mesmo pela dificuldade de haver deslocamento desses conselhos para uma reunião única. Então, o fórum é itinerante. Nós vamos de cidade em cidade conversando, se reunindo e elencando as necessidades desses conselhos.

Antes de falar propriamente sobre o controle social, eu só quero lembrar que hoje aqui está representado de fato e de direito todo o Distrito Federal. Assim como eu, que sou conselheira do Núcleo Bandeirante – a gente tem a honra de trabalhar por 38 mil pessoas da minha cidade –, aqui há pessoas de Planaltina, Taguatinga, Brazlândia, Guará, Riacho Fundo I, Gama, se eu esquecer alguém, desculpe-me. Então, Brasília inteira está aqui, porque cada conselheiro de saúde é responsável pela saúde da cidade que representa desde a hora em que se levanta até a hora em que se deita, porque o telefone da gente toca sem parar todas as vezes que falta um atendimento na nossa cidade. Portanto, estamos aqui representando verdadeiramente a nossa cidade.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	15

Eu quero dizer que estou muito feliz por estar aqui, porque essa luta não começou ontem. Nós temos brigado muito e tentado trazer e iluminar nossas necessidades. Eu acho que é justo estar aqui nesta Casa, finalizando esse trabalho de mobilização nesta Casa, porque não é segredo para ninguém as dificuldades que nós conselheiros regionais enfrentamos no nosso dia a dia, inclusive na questão de estarmos estruturados. Não tem como não ter conselhos sem salas, sem computador, sem qualquer estrutura para acolher demandas tão graves, como é a demanda da saúde da comunidade.

Eu falo de um lugar onde não tinha ainda experimentado estar, porque sou profissional de saúde, então a gente está do lado de lá do balcão, recebendo, informando, cuidando. Meses atrás, estive do lado de cá do balcão. Eu acompanhei meu irmão que, alguns sabem, faleceu recentemente de uma doença que hoje no Distrito Federal há muito pouco acolhimento, que é câncer. Meu irmão faleceu de um câncer e a gente sentiu na pele o que é a precariedade do Sistema Único de Saúde. Repito, eu continuo acreditando no Sistema Único de Saúde. Nós temos os melhores profissionais de área, nós temos estruturas fantásticas. Nós precisamos de gestão, sim, porque quando você está do outro lado e você precisa do sistema e não tem essa resposta, dói na alma. Então, em nome até do Mário Santana dos Anjos, estou aqui hoje para dizer, e em nome dos 450 pacientes terminais que estão no Distrito Federal hoje sofrendo sem atendimento nenhum em relação ao câncer, em nome dessas pessoas.

E, voltando ao nosso ponto, fico muito feliz de ver todos vocês, esse movimento é para engrandecer e fortalecer o controle social, porque fortalecendo os conselhos regionais, com certeza nós teremos um SUS mais forte.

Então, quero agradecer, não vou me alongar nesta fala porque quero ouvir e sei que esse é um espaço nobre e a gente precisa dar oportunidade a todos esses conselheiros que saíram das suas casas tirando dos seus bolsos. De hoje ao final do mês, a gente sabe da dificuldade, ainda não saiu o pagamento. A gente é profissional e sabe disso, e tem muito usuário aqui que fez muito sacrifício para chegar até aqui.

E, em respeito a esses usuários, a esses trabalhadores e aos profissionais que estão aqui, apesar de tudo, estão aqui presentes representando essas cidades, eu vou terminar a minha fala agradecendo e dizendo a vocês: muito obrigada por estarem aqui, obrigada, Celina, obrigada ao TCDF, que atendeu há dois anos a um pedido do fórum, que é a formação. Essa formação do TCDF foi uma provocação do fórum itinerante. O Presidente Renato Rainha nos atendeu prontamente, então sou muito grata, e o fórum tem crescido, a gente tem trabalhado e tem caminhado. Espero, sinceramente, que, a partir daqui, tenhamos muitos frutos colhidos para que possamos nos empoderar cada vez mais.

Muito obrigada pela oportunidade e espero que as falas que vão suceder a minha sejam para engrandecer esse fórum. Obrigada. (Palmas.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	16

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Maura.

Quero registrar aqui a presença do Etieno Sousa, presidente da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal.

Nós vamos começar aqui a ouvir o plenário. São 10 inscritos e ficou legal porque tem gente aqui de todas as cidades, seja presidente de conselho ou representante de conselhos.

A gente começa com o Sr. Ronaldo Serggiaro de Almeida, do Conselho Regional de Saúde de Taguatinga. Em seguida, o Sr. Joel dos Santos, que é presidente do Conselho Regional de Saúde de Samambaia.

Concedo a palavra ao Sr. Ronaldo Serggiaro de Almeida.

SR. RONALDO SERGGIARO DE ALMEIDA – Boa tarde, Senhoras e Senhores, referencio a Mesa num agradecimento pela criação dessa frente, que vai ter um significado muito forte na qualidade de saúde dos usuários, dos servidores e dos próprios gestores no nosso Distrito Federal.

É importante que se diga, e quero, neste momento, apresentar apenas uma pequena credencial. Sou conselheiro de saúde desde 1996, então tenho uma convivência, assim, que me dá o direito de usar certas expressões que vou usar aqui, porque a nossa saúde nunca esteve tão ruim, nunca esteve tão mal administrada. E nós temos que fazer parte do esforço de resolver isso porque o usuário – e, aliás, eu sempre fui representante dos usuários – lá na ponta é quem paga o preço disso; mas não paga sozinho.

O trabalhador de saúde não tem como fazer o trabalho dele, exatamente como disse a Deputada, por falta dos mínimos insumos, e o médico que às vezes arrisca a vida e o diploma dele para atender a um cliente no chão, no corredor, são heróis. E o usuário que sofre é uma vítima do sistema que podia ser muito melhor se, em vez de privilegiar decisões de gabinete, privilegiasse a saúde pública exatamente como uma grande responsabilidade do Estado. Mas o Estado nesse ponto é irresponsável. E aí nós podemos dizer que no início até desse último mandato, era um caso de política, mas nesse momento nós, conselheiros, podemos gritar bem alto: É um caso de polícia! (Palmas.). Não há mais o que fazer!

Os conselhos se colocam proativamente como parceiros da gestão, mas nós vemos os gestores, primeiro, engessados numa coisa que começa na gestão superior e que responde à boa vontade dos conselheiros com uma arrogância que beira as raias da ignorância. Não se pode trabalhar dessa forma. O conselheiro tem que ser reconhecido – como também disse o presidente – como aquele que dá voz aos que não têm voz. Muitas vezes, o próprio trabalhador não pode reclamar. O gestor, se ousar reclamar, perde o cargo.

Então, o que temos de fazer? Nós perguntamos, como membro dos conselhos, ao conselheiro que não vai à reunião: como você ousa assumir o compromisso de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	17

representar os usuários da saúde, e não vai à reunião? Perguntamos ao trabalhador: você está bem em suas condições de trabalho? Por que você não vai à reunião? Tem que ir! Aí, o pessoal vai às reuniões. Perguntamos aos gestores: por que tanta arrogância em não comparecer às reuniões? Na maioria dos casos, os conselhos abrem as suas reuniões – com ata, tem toda uma circunstância – sem os representantes dos gestores. Então, minha gente, isso chega a beirar a criminalidade.

Se um conselheiro, representante de usuário, falta a três sessões, ele é substituído. Se um conselheiro trabalhador falta a três sessões, nós pedimos ao sindicato que ele representa, ou à entidade que o indicou, que o substitua. E se um gestor falha? Nós queremos pedir aqui, eu acho que a Casa pode nos dar força para isso, que o gestor que não dá a mínima para as reuniões não tenha o direito de continuar exercendo o cargo de gestor, e ele seja imediatamente afastado por alguém que tenha, na sua compreensão, na sua consciência, a exata consciência do que vale o conselho de saúde. O conselho de saúde é a voz daqueles que precisam realmente de uma saúde, como diz ali, pública, estatal, universal e de qualidade.

Parabéns aos Srs. Deputados que criaram essa frente parlamentar. Como eu disse, nós contamos que a saúde vai ter condição de dar um salto de qualidade, como os conselhos já estão fazendo, criminalizando a gestão, no momento em que essa gestão seja forçada a prestar contas até da maneira como se dirige, como fala, como encara um conselheiro de saúde. Somos voluntários, gastamos – como disse a Deputada – do nosso bolso para estarmos aqui presentes, mas queremos uma coisa primordial, que temos de conquistar a cada dia: queremos respeito.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sr. Ronaldo Serggiaro.

Concedo a palavra ao Joel dos Santos, Presidente do Conselho Regional de Saúde de Samambaia.

SR. JOEL DOS SANTOS – Boa tarde a todas e todos, aos conselheiros de saúde, ao Presidente da Mesa e à Deputada Celina Leão. Eu queria agradecer a vocês por esse fórum. Mas o que está faltando não é só esse fórum, o que está faltando é uma lei para empoderar os conselhos regionais de saúde, porque a gente vê o paciente que chega às duas horas da manhã. Quantas vezes eu tive que sair de casa uma hora da manhã, duas horas da manhã, para ver paciente no PS de Samambaia, na UPA de Samambaia!

A lei é muito boa, a 4.604, a 8.080, a 1.042, todas as leis empoderam o conselho de saúde. A lei fala do conselho regional de saúde, e se fala dele também na Lei Orgânica, mas nós precisamos de uma lei, Deputado, criada por esta Casa, para empoderar os conselhos regionais. É lá na ponta, na cidade satélite, que está quem precisa mesmo da saúde, quem não tem dinheiro nem para pagar o ônibus para chegar ao hospital, para chegar à UPA. Quando a gente pede um carro, é a maior dificuldade.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	18

Eu fui visitar três pacientes acamados em Águas Quentes. Faltava balão de oxigênio, no outro faltava curativo. Já estava pagando com Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, pagando *home care*, pois a secretaria não deu. Ficou três anos lutando por um *home care*, tirou o paciente do hospital para levar para casa, pagando com o dinheiro do BPC. Isso é muito sério, os conselhos regionais têm que ter apoio de verdade. Temos um representante do Tribunal de Contas, e já falamos isso lá. O Tribunal de Contas também tem que empoderar os conselhos regionais. O curso foi muito bom no Tribunal de Contas, mas nós precisamos de apoio, porque não temos.

Quando vamos falar, somos discriminados pela gestão. Ao ver que vamos visitar alguma coisa – que está errada de verdade – no hospital, na UPA, eles mandam fechar a porta. Tem um engraçadinho que chega lá e fala: “Não pode entrar agora, não pode entrar. Não pode fazer isso, não pode fazer aquilo”. Ontem um cidadão passou 1h15min deitado no pronto-socorro do Hospital de Samambaia. Eu tive que sair correndo de Taguatinga para ir até lá. Quando colocam no grupo, a gente tem que correr. Só se descobre quando colocam no grupo. Eu corri. Quando cheguei lá, rapidinho atenderam o paciente. Falaram assim: “Você veio para criar problema, o paciente que está aí é de Taguatinga. Por que Taguatinga não atendeu?” Eu falei que o paciente é nosso, é do Distrito Federal. O paciente tem que ser atendido em qualquer lugar.

Quando a gente vai na ponta reclamar de verdade, é taxado como a pior peça do SUS. Não somos as piores peças do SUS, somos usuários do Sistema Único de Saúde. Gestores, trabalhadores ou usuários, todos nós somos usuários ao mesmo tempo. O Tribunal de Contas, por sua vez, tem que ir realmente aos conselhos regionais, tem que dar apoio a esses conselhos. O que a população do Distrito Federal está sofrendo! O que podemos fazer é pedir favor, é chegar lá e pedir: por favor, atenda esse paciente. Foi um caso ontem, quando aconteceu isso. Não foi outro dia, foi ontem.

Ficamos tristes quando se fala em conselho regional. Quanto tempo estou lutando pela comunidade de Samambaia! Desde 1988, então ficamos pensando como pode não termos o apoio de um carro, de materiais, não termos um telefone no conselho, não termos uma impressora. Deram uma impressora para nós, mas não temos *toner*, temos que ficar pedindo. Saímos do conselho na 107 e vamos lá na administração para imprimir. Chegando lá, perguntam se levamos a folha. Quando levamos a folha, dizem para esperarmos por alguém para fazer a impressão. Não podemos nem triscar na impressora. É muito complicado isso. Não fazemos para nós, não pedimos favores para as nossas famílias, não. Pedimos apoio para a população de Samambaia, que hoje tem no mínimo 330 mil habitantes.

Todos os conselheiros que estão aqui sabem o que estão passando na pele, sabem o que acontece dentro dos hospitais, dentro das UPAs. O mais engraçado é que colocaram uma informação dizendo que agora os conselhos regionais serão como os

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA						NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL			19

conselhos nacionais, 4 anos. Eu recebi uma informação de que não é isso. Teremos que fazer uma eleição correndo, porque a informação não foi verdadeira. Eu fui ao conselho nacional, e me disseram que é verdadeira. Qual veracidade têm os conselhos regionais? Qual apoio?

Por isso, pedimos que essa frente parlamentar, que esse fórum crie uma lei de verdade, específica para os conselhos regionais. Não dá mais! O conselho regional tem que ter um carro, sim, porque visitamos pacientes acamados. Só em Samambaia, temos 114 pacientes acamados. Se não tivermos o apoio da Câmara Legislativa, do Tribunal de Contas, da Advocacia-Geral da União e do Ministério Público, nós estaremos enrolados. O conselho regional é um órgão constitutivo com poder deliberativo, mas quando chegamos para cobrar o gestor local, praticamente encheram lá de pessoas com cargos comissionados. É uma vergonha! Encheram o hospital de cargos comissionados. Quando vamos falar, tem um cidadão que não sabe nem o que é uma seringa de 3 ou de 5 ou de 6, não sabe nem a diferença entre uma seringa e uma agulha, mas querem nos tirar de dentro do hospital, querem nos pagar sapo, querem nos humilhar dentro dos hospitais. Ande nos hospitais, Tribunal de Contas, para ver o tanto de gente com cargos comissionados que não sabe nem o que é uma seringa, mas está dentro dos hospitais. É uma vergonha para nós, moradores de Samambaia.

Muito obrigado e boa tarde a todos e a todas. (Palmas.)

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Registro a presença do Washington Memória, do Conselho Regional de Saúde do Riacho Fundo I; da Shirley Couto, do Conselho Regional de Saúde do Cruzeiro e representante da Asminc – Associação de Moradores e Inquilinos do Cruzeiro.

Concedo a palavra, neste momento, ao José Simões, representando o Conselho de Transparência do Distrito Federal.

Antes do José Simões, concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputada Celina Leão, eu agradeço V.Exa., porque não estou passando bem com esse ar condicionado aqui. Estou em processo de recuperação, vou fazer um cateterismo na próxima semana. Espero que o José me dê um minutinho. Fique à vontade.

Eu não deixei de vir aqui, Deputado Ricardo Vale, primeiro, porque acho a iniciativa extremamente brilhante. Eu me sinto representado aqui na palavra da Maura, do Conselho do Núcleo Bandeirante, do Fórum Itinerante. Fico também bastante feliz em ver a Arindelita aqui conosco. Ela é uma parceira, uma companheira que trabalha, há muitos anos, a temática do Sistema Único de Saúde. Vejo também o representante do Tribunal de Contas. Eu não poderia deixar de vir. Até como integrante da Comissão de Educação e Saúde, tenho tido o cuidado de fazer visitas às nossas unidades.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	20

Inclusive, na semana passada, estive no Hospital do Guará em face do chamado fechamento da sala vermelha, que não parece ter sido exatamente isso. O que teria ocorrido seria uma longa tratativa com a participação do conselho local de saúde. O Helvécio, inclusive, entrou na hora da reunião – estou vendo-o ali.

Eu queria registrar, Deputado Ricardo Vale, Deputada Celina Leão, que a iniciativa de aglutinar os conselhos de saúde num momento tão delicado e difícil que estamos vivendo é de enorme importância pela capilaridade, por aquilo que o Joel disse. Eu o conheço há bastante tempo e sei que nós precisamos de pessoas como ele, bem temperamentais. Outro dia, eu recebi o Conselho do Paranoá no meu gabinete. Fiquei impressionado com a postura do João. Todo mundo conhece o João, a firmeza dele, como ele conduz, a determinação, o acompanhamento dele. Eu tenho acompanhando também o Conselho de Planaltina e tenho visitado lá. Algumas vezes também, alguns conselheiros de Sobradinho. Também o do Gama, na reunião com o Dr. Macedo. Esse é um trabalho extremamente educativo. Eu quero concordar aqui com esse processo de empoderamento – essa palavra utilizada há pouco pelo colega que me antecedeu – pelo papel, pela presença. Em todas as reuniões em que vou, faço questão de informar ao conselho. Na última, que foi na semana passada, na conversa com a Dra. Adriana, Diretora do Hospital do Guará, acompanharam-me em todos os momentos não só membros do conselho como o próprio Presidente. Isso nos dá uma energia enorme. A própria Maura, eu conheci numa manifestação no Centro de Saúde nº 2 do Núcleo Bandeirante, naquela época da transição.

Enfim, nós estamos passando por um momento extremamente delicado. E o problema da saúde em Brasília, mais uma vez, não é de falta de recurso financeiro. O governo não consegue fazer a gestão. Seria muito importante... Inclusive eu recebi recentemente do Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, Helvécio, a representação que foi feita junto ao Ministério Público sobre a gravidade em que se encontra a saúde pública do Distrito Federal. Eu também não vou dizer que é terra arrasada. Não é isso. O que vou dizer é que há pequenas soluções que precisam ser tomadas pelo governo. Outro dia, eu visitava, Agnaldo, um centro de saúde em Taguatinga Sul, e só uma sala está tomada com um prontuário com toda tecnologia disponível, só que o contrato de internet estava suspenso. Consequentemente não podiam digitar, não podiam operacionalizar para liberar aquela sala para atendimento. Outro dia, lá em Sobradinho II, quando visitava um centro de saúde, Deputado Ricardo Vale – V.Exa. é lá de Sobradinho –, fui recebido pelo diretor daquele centro de saúde. Ao sairmos, vimos que, no estacionamento, Deputada Celina Leão, existe iluminação, mas está queimada, porque, segundo a direção, a CEB – Companhia Energética de Brasília, que tem a estrutura, os contratos, não pode entrar no estacionamento do centro de saúde para trocar a lâmpada. Coisas assim, se formos citar, são de constranger, mas mostram o grau de dificuldade que nós estamos vivenciando.

O *Jornal de Brasília*, recentemente, relatou o volume de devolução de recursos para o Governo Federal que não foram utilizados. A saúde no Distrito Federal está

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	21

vivenciando um agravamento. Acho que não existe melhor parceiro do que eles para dividirem isso conosco. E, naturalmente, nós ouviremos a angústia deles.

Houve esse episódio no Hospital do Paranoá, um dos hospitais mais novos da rede, em que ele foi interditado pelo Conselho Regional de Medicina. Nós estivemos lá para uma conversa com o Dr. Alexandre, que pedi – já, por duas vezes, falei com ele pelo telefone – para entender direito o motivo da nossa conversa.

Então, Deputado Ricardo Vale, eu acredito que não existe melhor iniciativa do que essa de chamarmos os conselhos para podermos caminhar com eles. Eu faço questão de estar com V.Exa. nesta frente. Isso foi muito oportuno. Parabênz V.Exa. por isso. Vim aqui exatamente por isso.

Eu não vou ficar – vou ouvir lá do meu gabinete – porque eu não posso respirar esse ar condicionado, por eu estar passando por uma crise muito séria no meu sistema respiratório. Para quem teve pneumonia em março, isso não é muito recomendado. Peço desculpa, mais uma vez, aos nossos conselheiros. Quero cumprimentá-lo, Deputado Ricardo Vale, por essa sistemática que V.Exa. está implantando para aproximar a Casa dessa dinâmica e dessa crise que a saúde está vivenciando. Estamos aqui à disposição para colaborar nesse tema, Deputado Ricardo Vale, colegas e conselheiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Lembro que V.Exa. é o Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta Casa.

Concedo a palavra ao Sr. José Simões.

SR. JOSÉ SIMÕES – Boa tarde a todos. Eu gostaria de informar que sou o atual Presidente do Conselho Regional de Saúde de Taguatinga, mas, por também ser conselheiro do Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal, combinei com o Serggiaro que ele falaria em nome de Taguatinga e eu falaria em nome do Conselho de Transparência do Distrito Federal.

Em princípio, eu gostaria de endossar todas as palavras que foram faladas aqui pelo Serggiaro, pelo Joel, pela Deputada Celina Leão e dizer que o principal problema do Distrito Federal no atual momento, em que o governo não consegue fazer gestão, é o autoritarismo, a falta de comunicação. Nós estamos vivenciando uma época de truculência no Distrito Federal maior do que... Eu vivi a ditadura no Distrito Federal e acredito que o Wasny também tenha vivido isso. Eu nunca vi tanto autoritarismo no Distrito Federal – nem na época da ditadura – quanto está havendo agora. Câmara Legislativa, vocês são os representantes do povo. É preciso melhorar isso.

Segundo, há duas coisas de que eu queria falar. O Conselho de Transparência – eu estou aqui representando oficialmente esse conselho – quer acompanhar essa questão por dois casos. Primeiro, a gestão de saúde não tem transparência. Não está

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	22

havendo comunicação. Nós, como Conselho de Transparência, precisamos ser informados do que está sendo feito na saúde e como é que isso está sendo feito. As decisões são feitas em gabinetes sem a participação do povo. Então, o controle social não participa disso. E o nosso conselho é de transparência e controle social. Ele precisa fiscalizar. É papel dele controlar e fiscalizar a execução do controle social. Os conselhos não estão sendo ouvidos. Os conselhos estão sendo relegados ao último caso.

O Ronaldo Serggiaro disse aqui que é questão de polícia. Eles têm que ser processados legitimamente. Especialmente, o que gente ouve – vou falar mais diretamente de Taguatinga e Ceilândia, porque eu conheço bem o processo – é que as regionais, as diretorias, as superintendências regionais de Ceilândia e Taguatinga, ou seja, a Sudoeste e a Oeste, são de um autoritarismo total: não conversam com ninguém; não respeitam ninguém; chegam, fazem e acontecem. Eu peço aqui, em nome do Conselho de Transparência, que essa comissão acompanhe essa execução dos conselhos regionais e entregue a minha pessoa os relatórios que forem feitos, as atas das atividades dessa comissão, ou que mande para o Conselho de Transparência, ali no Buriti, na sala 1207. Pode ser mandado para mim, diretamente – tem os meus dados aí, meu celular, meu *e-mail* –, ou, então, para o Conselho de Transparência, a fim de que a gente possa acompanhar isso diretamente.

Quero reforçar essa questão da necessidade de os conselhos regionais serem ouvidos, serem atendidos e que o controle social possa ser exercido de fato com as devidas estruturas. Depois é o seguinte: entre outras coisas que já aconteceram em Taguatinga, na segunda-feira agora está marcado para a Superintendência de Saúde de Taguatinga transformar o Centro de Saúde 4 de Taguatinga, que fica ali ao lado do Hospital Anchieta, em policlínica. Isso, sem ouvir o Conselho. É prerrogativa dos conselhos que toda política de saúde lhes seja passada, para que, depois da deliberação, a gestão cumpra o seu papel. Mas, antes que ela tome a decisão, o Conselho de Saúde tem que ser consultado. O Conselho de Saúde não foi consultado. Ele não foi sequer citado. Há uma determinação, da parte da Superintendência, para que segunda-feira aquele centro de saúde deixe de ser centro de saúde e passe a ser policlínica, desativando-se tudo que há lá. A população está revoltada e solicitou ao Conselho Regional de Saúde que se faça uma assembleia popular na segunda-feira, às 14 horas, no Centro de Saúde nº 6. E nós mandamos um ofício convocando a Sra. Superintendente para estar lá e apresentar o plano, o projeto, a ideia, porque, se não me engano, não está escrito. Nós não sabemos disso em lugar nenhum. Não sei se está escrito ou se é só coisa da cabeça dela. Pedimos que ela apresente isso ao Conselho, para que a plenária popular, que vai acontecer lá... A população inteira está se mobilizando para isso, e convidamos essa comissão que está se formando a, por favor, estar lá para vivenciar com a gente esse acontecimento na segunda-feira, dia 11, às 14 horas, no Centro de Saúde nº 4 de Taguatinga, ali ao lado do HRT, bem encostadinho no Hospital Anchieta. É só atravessar a rua.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	23

Então, são essas as minhas reivindicações. Reformulando: o Conselho de Transparência precisa acompanhar. Precisamos que esses documentos, as atas sejam arrematadas pelo Conselho de Transparência. E quero parabenizar pela criação dessa, digamos assim, comissão. Eu gostaria de fazer parte dessa comissão também, se é que vamos formá-la aqui, hoje, se vai ser eleita ou não.

Quero dizer que essa comissão da Câmara Legislativa é o último suspiro que a gente tem para dar, porque, infelizmente, a nossa Justiça está desacreditada. A gente entra na Justiça. Taguatinga entrou com um processo na Justiça e recebeu uma resposta: "Ah, não sei o quê. Já está em processo de avaliação." O Conselho de Saúde do Distrito Federal, na pessoa do Helvécio, já entrou três vezes contra o Secretário de Saúde do Distrito Federal. Até agora nada aconteceu. Então, a nossa Justiça, infelizmente, não está muito acreditada. É preciso que a política se resgate por meio da Câmara Legislativa, que também está desacreditada. Mostre a sua cara e faça com que a questão do controle social e o exercício da democracia e da fiscalização do Distrito Federal, da política no Distrito Federal, que é papel da Câmara Legislativa, de fato aconteça. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, José Simões. Passo a palavra agora para a Eliana Nunes, do Conselho de Saúde de Brazlândia. Depois, Aécio Alves Nascimento, conselheiro titular de Sobradinho, segmento dos trabalhadores.

SRA. ELIANA NUNES – Boa tarde a todos que compareceram. Boa tarde à Mesa. Quero cumprimentar todos. Uma esperança se abre quando esta Casa abre as portas para a transparência, para o fortalecimento da fiscalização, porque, quando a fiscalização verdadeira se levanta, ela é atingida, é apedrejada. Represento os trabalhadores. Estou há 16 anos na SES – Secretaria de Estado de Saúde. Sou uma defensora do SUS. Quando a gente ama o que faz, a gente quer defender.

Quero mandar um beijo para a Tarcila, porque ela treina, educa, traz o conhecimento, elucida o nosso trabalho com esse curso que ela dá para a gente, que ela traz para a gente. Até aceitou o nosso pedido de ir a Brazlândia levar o curso até o nosso entorno. Ela acatou, levou para os superiores a ideia de levar esse curso para dentro do nosso hospital, para que consigamos treinar mais pessoas, para que a gente tenha mais poder na hora de executar a nossa fiscalização e o nosso controle social. Mando um beijo para ela e espero vocês lá.

É importantíssimo... Nós temos algumas legislações que já norteiam o Conselho. Sou nova no Conselho; meu Conselho foi publicado no dia 23, depois de um ano e meio tentando-se formar o Conselho em Brazlândia – oito anos sem um conselho em Brazlândia.

Passamos por uma grande dificuldade. Até para formar um conselho, nós temos dificuldade. Mas o Conselho está formado, foi publicado e vamos fazer a nossa posse – estão todos convidado – no dia 12 próximo, às 14 horas, em Brazlândia. Vou mandar para vocês os convites, porque foi uma vitória.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	24

É importante a gente ter uma legislação mais vigorosa, uma legislação que possa nos defender. Precisamos de ter até um jurídico que possa nos defender. A SES tem um jurídico para defendê-la. O Secretário de Saúde faz alguma coisa, e ele confia que o jurídico está assinando.

Quando um gestor faz uma coisa, ele sabe que tem um jurídico orientando-o, norteando-o. Nós não temos. A gente é processado até pelo gestor quando cutuca uma fiscalização que ele não quer. Ele vai lá e processa você, segue sua folha de ponto, segue o seu trabalho, troca você de setor.

Então, a gente recebe todo tipo de ameaça quando está à frente... a gente sabe onde é, porque trabalha lá e sabe exatamente o que está acontecendo, conhece a causa. A gente precisa disso. Que se coloque em nossa pauta que precisamos de um jurídico, de alguém que possa nos defender, de alguém que diga: faça desse jeito, que você estará respaldada pela justiça e pela Casa Legislativa desta cidade.

Os nossos espaços físicos. Hoje, se um gestor não gosta de um tipo de fiscalização que a gente está fazendo, ele vai lá e retira. Retira o computador, retira a impressora, retira o telefone, proíbe o uso do carro. Ele retira tudo. E a gente vai trabalhar como? Se eu não posso ligar para ninguém, se o pessoal não ligar para a gente, se eu não tenho um telefone, se eu não tenho um carro, se eu não tenho uma caneta para escrever... ou a gente compra. Se a gente comprar tudo isso, ele toma a sala. Então, que seja legislado que a Secretaria de Saúde é obrigada a legislar aquele espaço, para que o Conselho de Saúde trabalhe. Porque pedir favor e mostrar um pratinho com moedinha, para ele nos dar um lugar, se quiser, não funciona. A gente precisa dessa proteção.

Hoje, no Conselho do Distrito Federal, tem uma planta – a Úrsula é uma pessoa muito boa lá dentro do Conselho do DF – que é uma sala para conselho, junto com um auditório – mais ou menos desse tamanho, dali para cá. É para uso do Conselho de Saúde. Então, que a gente leve para frente. Tem um projeto, tem verba para fazer, a gente pode conseguir emenda na Casa para isso, e que cada cidade tenha o seu, que nenhum gestor que entrar consiga tirar.

Então, para os lugares, como Brazlândia, que não têm um espaço, que a gente consiga pegar essa planta. Vamos fazer nosso projeto, vamos construir o nosso espaço, porque ninguém vai conseguir tirar isso nunca mais.

A descentralização da verba é muito importante, funcionou muito na educação e a gente precisa disso na saúde também. Que esta Casa bata de frente quanto a isso. O Tribunal de Contas já tem na cabeça a ideia de que isso é bom, de que o Conselho de Saúde pode ajudar nessa fiscalização, se ela vai ser usufruída com a seriedade que necessita, mas o dinheiro, estando na nossa porta, na nossa necessidade, vai ser usado onde se precisa de verdade.

Isso é muito importante e vai solucionar muitos problemas pequenos. Hoje, se falta uma Dipirona, não tenho como comprar. Ontem estava faltando Aciclovir e eu fui

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	25

rodando em todos os hospitais para conseguir aquela medicação para aquela paciente, que não podia quebrar o tratamento. Se eu tenho o dinheiro na minha porta, eu mando comprar.

Então, é muito importante isso, vai funcionar muito bem. Acho que, com a devida fiscalização, é muito importante. E é isso! Peço o apoio do Ministério Público, mesmo, e desta Casa, porque o Conselho, sozinho, enfrenta a gestão. E hoje a gente tem um governo que passa um rolo compressor. A gente teve fechamento de várias unidades e o Conselho de Saúde bateu – fez reunião como essa de Taguatinga que vai ser feita agora, Gama fez, Planaltina fez – para não fecharem o serviço. Veio o governo e fechou o serviço. Então a gente não tem palavra? Então a gente não precisa chamar a população e dizer que a população não quer? Nós não temos voz? Nós não podemos fazer nada? Mesmo quando a gente reivindica e diz que não se pode fazer, que não se pode fechar, o governo vem com o rolo compressor. Então, que, de alguma forma, a nossa palavra seja um ponto final. Pode ou não pode? Vamos fazer ou não vamos fazer?

É isso, obrigada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria só de dar um testemunho sobre a Eliana. Eu tive a oportunidade de ir a Brazlândia e ela me achou em Brazlândia e me trouxe uma demanda que é tão surreal.

Nós estamos com equipamentos de diagnosticar imagem dentro do Hospital de Brazlândia que não estão instalados por causa de um simples reparo que a CEB deveria fazer para que a energia suportasse esses equipamentos. Então, esses equipamentos que estão dentro do Hospital de Brazlândia, Ricardo, poderiam estar atendendo a população, mas estão parados por falta de um ajuste no sistema elétrico. Inclusive, colocamos emenda para tentar resolver esse problema, mas isso não era para ser resolvido com emenda parlamentar, era um problema de gestão.

Então, eu queria parabenizar a Eliana, porque ela foi atrás. A gente vê o trabalho de vocês também. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Eliana.

Concedo a palavra ao Aécio Alves, Conselheiro titular de Sobradinho, segmento dos trabalhadores.

SR. AÉCIO ALVES – Eu vou ser curto e breve. Aqui é a Casa do Povo, é o Parlamento e nós somos o Parlamento do SUS.

Na militância, como conselheiros, temos que também ousar, devemos ser ousados. Hoje, em Sobradinho – está aqui a minha Presidente, a Pureza, passei o bastão para ela com muito orgulho –, temos uma sede, um espaço abandonado da

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	26

CEB que ia ser vendido no governo anterior. O Conselho de Sobradinho brigou e a chave está com ela ali guardada, estamos montando aos pouquinhos.

Conselheiros, acho que temos que ser ousados, conselho regional tem que ser ousado, conselheiro tem que ser ousado, ele deve conhecer as leis e buscar. Quando fizemos o curso no Tribunal de Contas – tive a honra de ser um dos precursores, com a Maura e outros –, fomos ao eminente Dr. Renato Rainha, que era o Presidente, e falamos: nós precisamos de capacitação. Capacitamos vários conselheiros. Na capacitação, eu digo: o mais importante é o dia a dia, porque a gente está na ponta.

Também outro exemplo. Sou Vice-Presidente do Comitê de Transporte de Sobradinho. Conseguimos colocar ônibus onde não havia. Está aqui o Tiago Cunha. Ônibus não circulava no Buritizinho, e hoje praticamente Sobradinho tem uma das melhores empresas, a Piracicabana. Eu faço parte do Comitê de Transporte e não recebo um centavo; quando venho, venho por conta própria.

Aqui, realmente, parabênizo. Acredito na força motriz do conselho regional que está na ponta e que conhece o dia a dia. Você chega lá, você vê. "Aécio, eu vim hoje de manhã, eu tive que pedir um favor para a comunidade ajudar o meu centro de saúde. Ele foi todo reformado." Não sei se foi a CEB que entrou, sei que houve emenda, nós estamos acompanhando. Está todo sendo reformado. Padrão. Centro de Saúde III, em Sobradinho II. Unidade Básica de Saúde – UBS, a UPA de Sobradinho, fecha, não fecha, fecha, não fecha. O conselho foi para cima e ele não foi fechado.

Agora, uma coisa, conselho não é gestor, ele é formador de políticas. Agora, o governo, o governante, o gestor, quem tem a obrigação de fazer são eles: Ministério Público, Tribunal de Contas, TCU, AGU, DPF.

Durante a Conferência de Saúde das Mulheres, eu fiz um pronunciamento. Eu não saí candidato, mas eu dei uma ideia: repatriamento do dinheiro que foi roubado para a saúde pública. Milhões estão aparecendo. Por que não voltam para o SUS? Tem dinheiro demais, gente! O País é rico e o povo morrendo!

A outra falou aqui, a colega Eliana. Parabéns, Eliana! Você está na ponta. Eu acho que os conselhos que mais sofrem são os que estão na ponta: Sobradinho, Planaltina, Gama, Ceilândia, onde o povo realmente mais necessita. Agora em Sobradinho, Deputado Ricardo Vale, tem uma emenda sua lá – parabéns! –, a UBS Buritizinho e Vila Rabelo. E eu falei para a população do Buritizinho: "Nós vamos para cima, quem quer que seja, seja nesse governo, seja no outro".

Vamos parar de fazer contrato fictício de aluguel. Aluga, vem o juiz, dá o despejo. Por quê? O imóvel é particular. Tanto espaço tem! Os postos policiais foram todos queimados. Pedimos vários postos para serem colocadas unidades básicas de saúde, e, de fato, dificilmente somos ouvidos. E, quando você é ouvido, você é tachado de preguiçoso que não quer trabalhar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	27

Eu já respondi a uns três PADs – Processos Administrativos Disciplinares na Secretaria de Saúde, mas sempre de cabeça erguida, firme. Por quê? Eu aprendi que nós somos a voz do povo. O povo é que precisa da gente lá na ponta. Quando você chega à meia-noite e liga para a Pureza, liga para mim – “Aécio, ó, estou com isso, uma UTI”, isso aqui e aquilo lá –, quem está na ponta? Não é o gestor, não. E eu falo, mas não sinto, (ininteligível) chefe.

Eu gosto de gestor que bota a bota e vai para a poeira. Gestor que fica no gabinete com Super Bonder debaixo da cadeira, que não levanta, cheio de secretário – trinta secretários para chegar nele –, não resolve. Tem que ir para a ponta conhecer, como a gente conhece Buritizinho, Vila Rabelo, Dnocs, Sobralina – que existe uma mistura lá que é Sobradinho com Planaltina, uma metade é Sobradinho, a outra metade é Planaltina. Está o Paulinho aí, estamos juntos e misturados.

Então eu falo o seguinte: para os conselhos regionais, essa frente é a única esperança que a gente tem. Ou a gente vive ou a gente morre com tudo que é de ruim neste Brasil; a gente morre junto.

Eu acredito muito na força do Deputado Ricardo Vale. Quando nós falamos, ele comprou a briga. Não sei quem vai ser o pai da criança, mas os 24 Deputados assinaram, ou seja, não foi uma coisa que neguinho chegou aqui e inventou. Sabem que a gente existe e têm que fazer cumprir a lei. A Lei Orgânica é bem clara no art. 215. Esta Casa é a Casa das Leis, então daqui é que têm que sair os princípios. Quem executa? Não é o Deputado que executa, é o Executivo. Por que é que ele não está executando? O Distrito Federal não é fraco de recurso, não, meu irmão. Você vai nesses interiores, com 800 mil – aqui é 1 milhão – os caras fazem muita coisa. Aqui é dinheiro; tem dinheiro, arrecada-se muito. O GDF é rico. Falta gestão.

Outra coisa que nós fizemos durante a transição, e eu tive orgulho de passar com Maura, fizemos tudo direitinho, o dever de casa: fizemos uma eleição em Sobradinho, botamos lá três nomes para serem escolhidos, como foi proclamado. Na hora h não foi nenhum, começaram a inventar coisa. Aí puxaram a ficha não sei de quem, que estava errada.

Então é o seguinte: tem que fazer valer. A frente parlamentar são 24 Deputados, então nós temos 24 vozes conosco e as leis que nos garantem. Tem que rezar a cartilha. Eu falo mesmo: o gestor inteligente toma o chá das 5 com o conselho. “Faço, não faço; faço, não faço; deixo de fazer? O que você acha, conselheiro?” Em Sobradinho a gente faz isso, a gente tem isso. Até problema com gestão teve. Porque tem gestor que está ali de passagem, ele é... Vai ficar... Ele sabe que não vai ficar, é uma roda gigante. Hoje ele está, amanhã ele não está. Nós trabalhadores permanecemos quatro anos no conselho, ou três, como quer que seja. O gestor muda praticamente todo dia. Dependendo da conjuntura, uma jogada aqui, em que vai haver alguma votação e o gestor não está agradando, querem botar o sicrano, sai no outro dia no Diário Oficial, no DODF. É uma moeda de troca. Eu falo isso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	28

Eu nunca peguei cargo, no governo que eu apoiei, nesse que eu não apoio. Não quero. Não é porque eu não tinha competência, é porque eu fiz um concurso para ser servidor público do Estado. Eu gosto da continuidade do serviço, e não desse negócio de que você coloca hoje, fecha a UPA... Como nós falamos lá na frente, contrato temporário – o nome já diz: temporário – é um risco.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Conclua, Aécio.

SR. AÉCIO ALVES – Vou concluir.

Contrato temporário é um risco, tem que ser servidor efetivo, do quadro, compromissado e de carreira. Por quê? São serviços essenciais, principalmente a saúde, porque a gente mexe com a vida, é o bem mais precioso que existe.

Então eu quero parabenizar o Deputado Ricardo Vale, como Presidente. E há uma Vice-Presidente, minha amiga – eu tenho intimidade de falar amiga –, a Deputada leoa, Celina. Seu rugido vai ser escutado nos 24 conselhos. Aqui hoje nós somos quinze ou dezenove. Nós estamos agradecidos. Realmente, nós fazemos parte de um órgão...

É como eu falo, às vezes colocam a placa, nós somos fantasma, ninguém vê, mas para chegar à UPA, para chegar a outras unidades, houve a briga dos conselheiros abnegados, guerreiros, que ninguém vê. Somos fantasmas, mas sabemos existir. E, quando mexe com um, deve mexer com todos. Eu acho que aqui estão de parabéns o Ricardo, a frente parlamentar – veio em boa hora.

"Ah, mas a crise política, a crise financeira..." Meu irmão, tem a crise de inteligência! Tem que ter inteligência. Existem os homens pensantes. Não está dando certo aqui: "Onde nós erramos? Por que não está dando certo? Ah, eu não ouvi o conselho". Vamos ouvir o conselho, converse com o conselho. A gente não é bicho, não, a gente é ser humano também. A gente usa o hospital, a gente trabalha no hospital, a gente é concursada, a gente sabe o que é que está acontecendo.

Está o companheiro ali, o Borrachinha, que também é uma liderança grande, veio hoje com a gente. Por que a gente veio de carro? Porque é um direito meu, não está fazendo favor para mim. Eu não estou vindo passear, eu estou vindo buscar aquilo que a minha população cobra de mim lá na frente: "Olha! Vocês não falaram que iria ter uma unidade lá no Buritizinho?"

Então eu queria agradecer e dizer a vocês que realmente eu estou voltando agora, estive um tempo afastado, estive doente, mas não perdi a essência de ser controle social. Isso eu aprendi com o meu pai, que também foi guerreiro, aprendi com outros colegas que já passaram e com outros que já estão em cima aí.

Eu digo o seguinte: conselheiro tem que saber rezar a cartilha dele, a Lei nº 8.080 e a nº 8.142. A criação da Frente Parlamentar veio para a gente sair da sombra e mostrar que realmente tem o controle social e para Brasília ser vitrine. Hoje nós não estamos sendo vitrine para lugar nenhum. Se falar Conselho de Sobradinho, Conselho

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	29

de Brasília, Conselho do Distrito Federal, nós estamos iguais aos outros que já têm 30 anos e 100 anos na nossa frente.

Então, parabéns a todos vocês conselheiros que vieram. Eu quero aqui deixar um abraço à região Norte, à região Leste, e pedir a descentralização e a eleição, se for possível, o mesmo que ocorre com as escolas, porque, quando se elege um professor, não o tiram de qualquer jeito, não. Por que você está tirando o professor hoje? Existe um documento que ele rezou, ele foi eleito, ele tem uma meta a cumprir, tem um objetivo. Ele cumpriu aquilo ali? É igual ao que o meu amigo citou ali acerca da merenda escolar. A gente sente realmente muita falta desse entrelace dos conselhos, de eles se comunicarem mais, do controle social, de se fazer um fórum mais ampliado com todos os segmentos, transporte – que a gente sabe que é difícil –, saúde, educação, segurança. Hoje a delegacia em Sobradinho é em um prédio alugado também.

Então há muitas coisas de que a gente precisa realmente. Eu acredito no pessoal que está no Tribunal de Contas, afinal, são conselheiros também da nossa região. Tenho prazer em ter conselheiros também nos representando. Então quero dizer que é um prazer, Maura. Parabéns, Arindelita, Deputado Ricardo Vale, Deputada Celina Leão, Helvécio, do Conselho de Saúde do DF. Eu sei que você está levando muito tiro, mas realmente tem hora que a gente tem que gritar para você, porque tem hora que tem gestor que realmente é complicado. Ele passa e acha que no outro dia ele não vai voltar, e, às vezes, ele volta e não sai pela porta que ele entrou, sai pelas portas dos fundos com a malinha, vai embora. Você nunca mais vê, mas o estrago fica grande. E a gente continua servidor de carreira, na ponta, olhando frente a frente a nossa população.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Aécio, que voltou e voltou com todo o gás. Falou tudo e mais um pouco. Vamos juntos! Isso só aumenta a nossa responsabilidade, não é, Deputada Celina Leão? Essa expectativa da Frente que a gente cria aqui aumenta a nossa responsabilidade como Parlamentares de fazer com que realmente as coisas possam mudar aqui, e muito rapidamente. A sociedade não aguenta mais. Os conselheiros não aguentam mais. Parabéns. Gostei muito. Voltou com muita vontade.

Concedo a palavra à Sra. Cláudia Aires, do Conselho de Saúde do Paranoá.

SRA. CLÁUDIA AIRES – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa, os Deputados que estão aí nos apoiando nessa Frente Parlamentar, e mandar um abraço aos demais Deputados que não estão aqui, mas que também assinaram e estão nessa luta conosco. Eu queria cumprimentar especialmente a Maura Lúcia, porque sabemos que ela foi a principal mentora com os seus apoiadores dessa ideia que veio trazer voz aos conselhos regionais. Uma das coisas de que nós mais estamos precisando é ter voz.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	30

Eu queria voltar um pouquinho ao passado e lembrar um pouquinho a cada conselheiro aqui que conhece a história do SUS como o SUS foi pensado, como ele foi criado. Eu acredito que os constituintes eram pessoas, além de guerreiras, inteligentíssimas, porque eles criaram o SUS de baixo para cima. Vocês observem como era a questão da descentralização. As políticas públicas deveriam ser criadas, como inclusive está na legislação, de baixo para cima. Eram os conselhos municipais, que são nossos pares aqui como conselhos regionais que somos, os conselhos estaduais, que, no nosso caso, é o conselho de saúde do DF, até o nacional. A política de saúde era de baixo para cima. Era para nós que estamos na ponta dizermos o que era para ser feito. Éramos nós que éramos para dizer. E hoje, infelizmente, nós vemos uma inversão de valores.

É muito fácil provar essa inversão de valores. Essa questão das OS que foi falada pelo Deputado Ricardo Vale no começo não deveria ter sido discutida nesta Casa. Por quê? Porque nós temos uma instância máxima do SUS, que é a Conferência de Saúde. E o que foi deliberado na conferência? Não à terceirização! Então, assim, nós somos desrespeitados.

Infelizmente é um puxãozinho de orelha nos Deputados. Nós somos desrespeitados até pelos nossos pares. Esta Casa, Casa de Leis, é uma instituição irmã do conselho de saúde, porque as nossas resoluções, via de regra, na questão das legislações, deveriam valer como legislação daquela regional. Somos nós que deveríamos falar o que vai ser feito e o que não vai ser feito. Aí os conselhos regionais se manifestaram e disseram o seguinte: não, nós não queremos OS. Aí subiu para o Conselho de Saúde do Distrito Federal, que também se posicionou: não, nós também não queremos, não. E então teve de vir para cá? E a Conferência? A Conferência disse que não. E aí? Teve de vir para cá?

Então, eu acho que o que nós precisamos para mudar a realidade dos conselhos regionais é primeiro: que nos conheçam, que saibam quem nós somos. Nós somos os criadores das políticas públicas de saúde das nossas regionais. E depois, a nível macro, a nível do Conselho Nacional de Saúde, somos nós que dizemos de que precisamos e o que queremos. E também somos nós que dizemos aquilo que nós não queremos. Eu vou dar um exemplo. O Conselho de Saúde do Paranoá barrou a Portaria nº 231. Por quê? Não era interessante para a nossa regional! Se funciona na sua regional, manifeste-se no seu conselho, mas na nossa não funcionava. Então nós barramos, porque não era interessante para nós. Então, o conselho é isto, é para ele dizer o que ele quer e o que ele não quer.

Esta Casa aqui precisa nos conhecer e precisa ver quando nós falamos que não queremos isso para, quando chegarem esses projetos malucos aqui, vocês perguntem: vocês já perguntaram aos conselhos? Qual a manifestação deles? Ah! Eles falaram que não? Eles são a instância máxima do SUS, se eles falaram que não, então não tem conversa, porque é isso o que diz a lei. E a lei não é respeitada.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	31

Outra coisa que eu queria falar aqui é sobre propostas porque os problemas são conhecidos de todos nós. Então, eu vim trazer aquilo que eu penso que geraria soluções. Primeiro, autonomia financeira. Nós, conselhos regionais, precisamos de uma autonomia financeira. E a gente não precisa de muita coisa, não, Deputados, pouca coisa. Pensem num povo que consegue pegar uma caneta Bic, comprada ali na papelaria com recursos próprios, e consegue atormentar a vida do gestor que não está fazendo nada, só com uma canetinha! Então, imaginem o que nós seríamos capazes de fazer se tivéssemos uma verba! Então, isto aqui deve ser discutido nesta Casa: a criação de uma verba para os conselhos regionais, e que seja distribuído de forma igualitária entre os conselhos para que seja possível que eles trabalhem.

A autonomia. Hoje nós conversamos muito sobre esta Frente Parlamentar em nossos grupos fechados de conselheiros no *WhatsApp*. E foi muito falado: nós temos autonomia, nós temos autonomia. Qual? Qual autonomia eu tenho se eu não tenho condições de dizer nada na minha regional? Se eu digo "façam", não fazem. Se eu digo "não façam", aí é que fazem. Então, qual é a minha autonomia? É uma que está escrita na legislação, mas não é cumprida? Isso para mim não é autonomia.

Como nós conseguiríamos essa autonomia? Muito simples, muito fácil resolver esta questão. O Executivo indica o gestor, e nós concordamos com isso, porque, pelo menos no meu conselho, nós não temos intenção nenhuma de indicar ninguém, para depois podermos cobrar de quem estiver lá. Então, o que nós queremos? Nós queremos – na minha regional nós discutimos muito esta solução – que: o Executivo indique, e, ao chegar ao Pleno do Conselho, ele apresente o seu projeto, e o conselho de saúde diga se nós o queremos, ou se nós não o queremos. Se nós o queremos, fique seis meses conosco. Daqui a seis meses, nós iremos avaliá-lo. Se nós gostarmos, se vocês estiverem fazendo um trabalho excepcional para a comunidade, você permanece; se não, nós vamos agradecer ao Deputado que o indicou, ao Executivo que o indicou: vá com Deus, seja muito feliz e nos deixe em paz para recebermos um gestor que atenda às nossas necessidades. É isso que nós queremos. Nós queremos avaliar este gestor. (Palmas.)

Já existe um instrumento que foi criado pelo conselho de saúde do Distrito Federal para avaliarmos o gestor, mas isso, infelizmente, não tem funcionado. Isto que eu estou propondo aqui vai fazer com que os gestores nos respeitem. Porque quem o gestor respeita? O patrão dele. Ele respeita o patrão dele, e ele vai ser colocado e vai ser retirado pelo patrão dele, pelo Executivo. Então, que isso acabe. Hoje, no Conselho de Saúde do Paranoá, nós estamos passando por uma situação muito delicada. Finalmente, pela misericórdia de Deus Altíssimo, nós ganhamos um gestor maravilhoso, que faz um trabalho excepcional, um diretor administrativo, que é o Abílio. É excepcional o trabalho que ele faz!

O conselho adora o Abílio, ama o Abílio, e ontem fomos informados de que um certo político solicitou que o Abílio fosse exonerado. Eu estou caçando a cabeça desse certo político, porque, quando eu descobrir quem ele é, o negócio não vai ficar bonito.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	32

Todo mundo vai ficar sabendo quem ele é na hora em que eu descobrir, porque eu vou botar em tudo quanto é rede social. Quando a gente tem um gestor que trabalha com o conselho, porque o Abílio trabalha com o conselho, que vai até o conselho, até às reuniões, que pergunta o que o conselho quer e que quer colocar em prática as nossas necessidades, vem um certo político e tira ele. Ah, certo político, me aguarde!

Para terminar, eu gostaria de falar o seguinte: um dos nossos conselheiros aqui falou da questão dos containers da polícia que estão abandonados. A gente ainda vê pelo DF vários containers daqueles abandonados. Esses containers serviriam muito bem para abrigar os conselhos de saúde que não têm locais para ficarem. Com uma pequena reforma, com uma adequação, eles poderiam ser colocados no espaço intra-hospitalar, nos estacionamentos de hospitais, nos locais mais adequados e serviriam para o nosso funcionamento.

Deputados, por favor, levem em consideração as minhas palavras quando falo que queremos manter o gestor que atende as nossas necessidades, que ele não possa ser demitido por certos políticos, que ele possa permanecer conosco e que ele passe pelo crivo do conselho. Porque é o conselho que sofre, é o conselho que pena na mão de maus gestores e, quando vem um gestor bom, é o conselho que sofre com a saída dele. Eu vou dizer uma coisa: eu peço ajuda dos Parlamentares para que o Abílio não seja retirado do Paranoá, não é desejo do conselho.

Eu tenho medo de que, se o Abílio sair de lá, o hospital desabe na nossa cabeça. O hospital estava caindo aos pedaços antes de ele chegar e agora ele tem feito um trabalho espetacular junto com o conselho. A gente gostaria de continuar com a presença dele. Eu agradeço a oportunidade. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Cláudia.

Concedo a palavra ao Carlos Roberto Valério, nosso querido Borracha, Conselheiro Regional de Saúde de Sobradinho, segmento dos trabalhadores.

SR. CARLOS ROBERTO VALÉRIO (BORRACHA) – Boa tarde a todos. É um prazer estar nesta Casa, de novo, mais uma vez, falando sobre saúde, principalmente como conselho.

Tenho 34 anos de serviço na rede pública, na saúde pública do Distrito Federal, sou funcionário da rede há 34 anos, minha família é toda usuária, nenhum tem convênio de saúde.

Eu quero parabenizar esta Casa, os 24 Parlamentares que assinaram, porque o que está acontecendo na saúde pública do DF é uma coisa tão criminoso que a gente precisa agir urgentemente não só com o Tribunal de Contas, não só com os Parlamentares, mas com a polícia também, com o Tribunal de Contas, Pró-Sus e Pró-Vida.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	33

Eu presenciei e presencio todo dia, companheiros, novos companheiros conselheiros de saúde... Nós brigamos já há vários anos para melhorar o Sistema Único de Saúde e somos engolidos por uma política medíocre, de hotelaria, logística de incompetente técnico que não está na frente, na ponta, onde um conselheiro nasceu, foi criado e sabe a realidade da sua regional.

Quero parabenizar mais uma vez e conclamo esta Casa, os 24 Deputados que assinaram essa frente, para investigar o crescimento de morte de doentes de hemodiálise, o crescimento de óbito nas Unidades de Pronto Atendimento – UPAs.

Sou motorista de ambulância. Há vez, que levo quase cinco óbitos. A UPA está tendo um recebimento de paciente, mas não é para a família ficar alegre, esperando recuperação, porque é a porta de uma capela de cemitério. A verdade é essa. Isso é indignante. Já perdi familiares e amigos daquela regional.

A situação da saúde de todo o DF e de todos os conselheiros aqui é a mesma. É a mesma. Chega de nós, companheiros, conselheiros estarmos brigando com gestor, sem a comunidade ser esclarecida! Realmente é isto que está acontecendo na saúde pública: a população revoltada com os servidores, servidores de ponta sendo agredidos, servidores de ponta agredindo o usuário! E quem está lá na gestão está atrás de uma cadeira protegido por uma empresa de segurança, está lá atrás protegido e com uma mesa boa! Mas o resto dos servidores está jogado num caos, os usuários jogados num caos!

Eu quero parabenizar esta Câmara, companheiro Deputado Ricardo Vale, os 24 Deputados que estão aqui, o representante do Tribunal de Contas. Que a próxima sugestão inclua Pró-Sus, Pró-Vida, polícia, porque hoje é caso de polícia, mesmo de morte, o que está acontecendo. Existe o exemplo da Clínica Seane de Sobradinho. Todo paciente encaminhado à hemodiálise na regional vai para essa clínica particular nas condições de boi carregado no caminhão, condições de locomover, tudo bancado pelo Hospital Regional de Sobradinho. Pacientes carregados, dez pacientes, numa Kombi sem manutenção, sem freio, o que já acarretou óbito de paciente numa freada no quebra-molas.

Então, hoje é caso de polícia na saúde pública! Dinheiro tem, sim, agora, cadê o dinheiro, companheiro? Como o Deputado Wasny de Roure falou, milhões são devolvidos para o Ministério da Saúde por incompetência da Secretaria de Saúde, pelo câncer da corrupção, pelo câncer da corrupção que existe hoje na secretaria, desde quando era fundação hospitalar, de hotelaria e outros meios de insumo! Infelizmente tem que dizer a verdade, a conjuntura política hoje mostra isto: a falência da nossa saúde pública, a nossa falência. Se deixarmos de pensar, defendendo a saúde pública, acharemos que um plano de saúde vai nos salvar, vai salvar um familiar, um ente querido!

Lembro-me de que que trabalhava na área rural de Sobradinho, no grotão da Vila do Córrego do Ouro. Estávamos lá treinando um agente comunitário de saúde.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	34

Hoje a qualidade lá do agente comunitário que foi treinado, que leva para a sua comunidade, é melhor do que a do agente de qualquer unidade de saúde básica na área urbana, tem muito mais qualidade! Isso acontece na área de saúde, na área de educação, na área de agricultura, em todas as áreas.

Portanto, conclamo esta Casa, foi assinado por 24 Parlamentares, a realmente buscarmos uma solução emergencial para a saúde pública, porque, vou falar uma coisa para vocês, está morrendo gente de 5 minutos em 5 minutos na nossa saúde pública, não é uma vez ou outra como morria antigamente não! Eu nasci num hospital de madeira em Sobradinho e lá morria pouquíssima gente por infecção ou por qualquer outra coisa! Hoje se constrói um prédio e morre muito mais gente do que uma mãe que dá à luz seu filho numa palhoça na roça! Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Carlos Roberto, nosso querido Borracha.

Vou passar a palavra agora ao Valdemir Hass, presidente da Associação Comercial do Núcleo Bandeirante.

SR. VALDEMIR HASS – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, em nome do Deputado Ricardo Vale, a Deputada Celina Leão, a nossa presidente do conselho do Núcleo Bandeirante, Maura.

Gente, eu queria parabenizar todos nós que somos pessoas iluminadas, que estamos aqui para defender três milhões de pessoas que padecem e que são a nossa força de trabalho, que estão trabalhando, produzindo riqueza para esta cidade, e, se acontecer qualquer coisa no trabalho, não têm assistência.

Mas, Deputado Ricardo Vale, e todos os presentes aqui, como a gente fala no interior, esta Casa é a Casa do povo, aqui está a nossa representatividade. Eu acho que nós temos que trazer para cá. Fico muito feliz por esta iniciativa e queria dar uma sugestão: que se criasse uma ouvidoria na Câmara Legislativa para que os conselhos de saúde pudessem enviar suas questões, suas reclamações e até suas perseguições a esta Casa.

Hoje eu vou falar dos ocorridos, do que nós sofremos. Felizmente – não é, Maura? – não somos filhos de pais assustados, senão a gente já tinha mudado até do DF.

No Núcleo Bandeirante, nós recebemos ameaças, intimidações. A servidora Maura, presidente do Conselho, se não fosse a gente – é vergonhoso falar isso, mas tem que todo mundo saber –, se a gente não tivesse feito vaquinha, teria passado fome e necessidade dentro de casa em represália a uns encaminhamentos de abaixo-assinados da população para não fechar o posto de saúde e também ao encaminhamento que fizemos ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Secretaria de Saúde e ao Conselho de Saúde do Distrito Federal. Por encaminharmos esses documentos, nós sofremos represálias.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	35

Então, quando se faz alguma coisa em prol de defender o usuário, o trabalhador e a população, se não agrada o governo, se não agrada os gestores, o conselheiro passa a ser inimigo, malvisto, perseguido, assim como tivemos no Núcleo Bandeirante – o que é de conhecimento de todas as autoridades porque fizemos o relatório, encaminhamos e protocolamos – nossa sala arrombada, nosso computador, todos nossos equipamentos e atas confiscados. E o que é mais grave ainda, eu sou da iniciativa privada, não tenho nada a ver, não sou funcionário público, mas do Conselho de Saúde. Também como ação intimidatória, fui convocado para depor no Coren e na Ouvidoria da Secretaria de Saúde porque a gente encaminhou o abaixo-assinado de 3.500 pessoas – que, até na audiência pública no Núcleo Bandeirante, os Deputados que estiveram lá tiveram a oportunidade de receber cópias também.

Eu queria fazer uma queixa aqui e, por isso, eu peço a Ouvidoria para receber esses documentos, porque o Conselho de Saúde do DF parece que é incumbido de atender aos pleitos do governo e do Secretário de Saúde e não da comunidade, porque, quando os conselhos regionais fazem qualquer coisa, quando reclamam do gestor, pois nós reclamamos lá que foi retirado os respiradores da UPA, a gente sofre represálias. Eu quero deixar registrado que uma colega que falou recentemente já recebeu até represálias, está aqui no Whatsapp do Sr. Helvécio, falando que não podia falar.

Então, o Conselho de Saúde do DF decide tudo sozinho. Nós, conselhos regionais, representamos 80% dos usuários e nunca somos ouvidos, todos as mudanças, tudo o que acontece na saúde, os conselhos regionais parecem que só servem para levar recados, porque o gestor atropela, e se a gente não concorda, lá vem o administrador juntamente com o gestor. Nós mesmos, do Núcleo Bandeirante, fomos despejados duas vezes. Gente, quem trabalha de graça e é despejado ainda, isso é um absurdo. Eu acho que é um caso de polícia, precisava, talvez, que a nossa Câmara Legislativa levasse isso ao poder da Justiça porque é impossível, nós estamos com a lei da mordaga implantada em cima dos conselhos regionais. A Maura mesmo teve seu salário cortado, foi proibida de fazer hora-extra, tudo para aniquilar, para desestimular o Conselho de Saúde do Núcleo Bandeirante.

Quando nós fizemos o primeiro fórum, porque foi lá que começou, nós fizemos o primeiro fórum de controle social. Por recomendação de alguém, foi negado todo o espaço público que poderíamos usar na cidade, como o salão comunitário, tudo. Mesmo assim, nós não nos intimidamos e decidimos fazer embaixo do viaduto. Aí a Caesb não forneceu água, ninguém forneceu nada, mas nós fizemos. Só que, para a surpresa deles, os nossos convidados ilustres, que eram a embaixatriz do Senegal e a representante da ONU Mulher, estiveram presentes, e, aí, quando essas autoridades estiveram presentes, correram Poder Público, Caesb, tudo, e parecia que a gente estava no céu de novo, estava no paraíso.

Então isso não pode acontecer, gente. Nós do Conselho Regional do Núcleo Bandeirante fazemos tudo isso por amor à causa porque, para ser conselheiro de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	36

saúde, todos os colegas aqui conselheiros sabem, temos que ter amor ao próximo. Senão não dá para ser conselheiro de saúde, não, porque a gente não ganha dinheiro, mas a gente ganha satisfação, a gente tem uma missão e acho que essa missão é abençoada por Deus.

Quero dizer a esta Casa aqui que nós, com recursos próprios, tivemos o cuidado de visitar os quilombolas e os sem-terra que nunca foram visitados pelo poder público, pela saúde, nada, porque queremos trazer o morador de rua, queremos acolher todo mundo. A gente tem que cuidar de todo mundo porque eu sou cristão e a lei divina diz que a gente precisa ajudar primeiro os mais fracos, porque os mais fortes se fortalecem com a energia dos mais fracos.

Eu queria aqui hoje prestar uma grande homenagem também à Maura, a mulher negra, a guerreira, porque o que a Maura sofreu por ser servidora e negra... Foi humilhada lá, eu presenciei muitas vezes, e não é fácil, e ela nunca desistiu porque ela é uma pessoa abençoada por Deus e não desistiu e teve apoio de todo mundo, e isso nos fortalece. (Palmas.)

Então o nosso reconhecimento a essa guerreira, que foi responder a processo no TJ e em vários lugares, ela sofreu todo o tipo de intimidação. Eu também fui junto, sofri também, fui intimado também, mas nós não nos acovardamos, não, porque temos uma missão, e a nossa missão é o controle social porque, sem controle social, Deputado Ricardo, não vamos chegar a lugar nenhum. Não, porque se a gente não tiver controle social e não conhecer a extremidade da nossa demanda de saúde, não vai... De cima da pirâmide nunca se vai construir uma saúde adequada.

E aí tenho outra reclamação, e isso é grave, e eu já pensei até em fazer uma representação judicial. O nosso conselho de saúde sofreu uma intervenção do conselho do DF porque a gente fazia controle social. Nós trabalhamos em prol da nossa cidade, da comunidade. No dia 22 de junho foi feita uma publicação de eleição pelo Conselho do DF porque antes a gente já tinha até feita a recondução da diretoria, mas aí o conselho do DF não aceitou, e a gente até acatou. No dia 22 de junho foi feita uma publicação de eleição, só que aí, no meu entender, se eu tiver errado, a gente às vezes se engana, mas no meu entender, as entidades da cidade não agradavam porque o intuito era que a Maura não pudesse ser presidente porque a Maura conhecia muito bem a legislação e a gente incomodava o Estado, que queria colocar as OS no posto de saúde.

Nós sempre fomos contra, e no dia 22, então, foi publicado, a eleição não aconteceu, não apareceu ninguém, e no mês de julho aí apareceu o conselho de saúde para fazer a eleição, atropelando todo mundo. Tinha sido nomeada a comissão eleitoral: eu, Maura, Wellington, que era gerente do posto de saúde, e o Raí, quatro membros da comissão eleitoral. Isso ficou engavetado, mas em um determinado dia aconteceu a reunião.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	37

Quero fazer uma pergunta aos Deputados, porque todos aqui conhecem bem de matemática, todos os presentes. Nós tínhamos em torno de dezoito: os trabalhadores, entidades e tudo. É possível analisar a documentação de dezoito entidades em trinta minutos, sendo que ela teria de passar pelos quatro membros? Isso foi decidido, assim, a toque de caixa. Eu não tive voz para olhar um documento sequer. No final, o Raí, do Conselho de Saúde do DF, pegou toda a documentação, colocou dentro de um saco, levou embora, e até hoje não aconteceu nada. Eu considero isso aí uma ação criminosa, uma intervenção desse naipe dentro de uma regional, colocando entidades. Tinham interesse em colocar entidades que concordassem com as determinações que vinham de cima, e não pode. Desse jeito nunca vamos construir nada!

Hoje eu quero parabenizar todos os colegas que já falaram, mas queria também lavar roupa suja. Roupa suja lavamos em casa, e precisamos sair daqui hoje com uma nova postura. Não é possível os conselhos regionais viverem a reboque e atropelados. Tivemos intervenção em Brazlândia, nem na ditadura tínhamos isso.

Eu queria também fazer uma pergunta ao nosso representante do Tribunal de Contas, e que ele levasse em conta. Os conselhos regionais não recebem nem um lápis, nada. Tudo bem, o governo diz que não tem dinheiro público. Mas o conselho do DF recebe muito dinheiro. Se o dinheiro é público, não teria que ser partilhado para todos? Eu entendo assim, porque na minha casa, quando tem um bolo, e tenho a família grande, corto um pedacinho e dou um pequenininho a cada um, não posso comer o bolo inteiro. Esta é a pergunta: por que o dinheiro público é destinado só a uma instituição, e o resto do DF, somos contribuintes, todos, não temos direito a sequer um lápis?

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sr. Valdemir, que além de Presidente da Associação Comercial do Núcleo Bandeirante, é também conselheiro de saúde.

Concedo a palavra ao Sr. Luís Carlos Macedo, conselheiro de saúde do Distrito Federal.

SR. LUÍS CARLOS MACEDO – Senhoras e senhores, boa tarde. Eu cumprimento a Mesa em nome do Presidente desta digníssima comissão geral, o Deputado Ricardo Vale.

É lastimável. Nós usuários, nós conselheiros, representamos o povo que lá jaz, lá sofre e lá morre. Sinto falta de um controle externo muito importante nesta Mesa – está ausente, no caso –, que é o Ministério Público. Alguém tem que ser responsabilizado pelas atrocidades cometidas contra o povo, o usuário, que procura aquilo que merece, que é atendimento e assistência médica de qualidade. Então, vem a gestão e faz um desmonte do SUS para outros interesses serem incorporados na administração pública. O nosso conselho distrital entra no Ministério Público usando a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	38	

deficiência e carência de todo um sistema de saúde para requerer a autonomia administrativa e financeira para a SES/DF – Secretaria de Estado de Saúde.

Eu queria parabenizar o trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo dos anos, para aglutinação e pactuação de todos os conselhos numa só unidade. Hoje vejo aqui germinar esse trabalho, formalizando essa frente parlamentar. Em suspeição, as demandas nefastas da saúde frente ao compromisso com as necessidades do povo. Que hoje frutifique e germine, dê flores esta plantação iniciada pela formulação das políticas de inclusão social de todos os conselhos unificados.

Nós temos de lutar para a autonomia administrativa e financeira dos conselhos regionais. Esta Casa tem que se levantar e legislar, criar leis que deem autonomia financeira e administrativa a todo e qualquer conselho no Distrito Federal. O usuário paga o pato. Nós tiramos dinheiro do bolso para pagarmos a condução, a fim de irmos às reuniões. Quando elas se estendem durante o dia inteiro, temos também que tirar, ou ficamos sem nos alimentar. Esta Casa tem que se dignar e dar dignidade ao povo que representa, ao conselheiro, na forma de uma qualidade de trabalho a ser desenvolvido, como nós desenvolvemos, mas somos perseguidos e taxados.

Eu, no meu conselho, fui eleito para a mesa diretora, mas pela minha participação e atuação, fui tirado de forma abrupta, porque denunciei coisas ilícitas na mesa diretora do nosso Conselho Distrital de Saúde. Recentemente eu protocolei um requerimento pedindo a suspensão da eleição do Conselho Distrital, porque não houve eleição no ano passado. Evidentemente, os pares se aliam e a matéria não é apreciada de forma lícita. Semana passada, veio a resposta ao meu requerimento protocolado. Aqui está: indeferido.

Agora pergunto aos senhores, colegas conselheiros, e a esta Mesa: qual o caminho a seguir? Engolir, deixar que a política pública do controle social seja manchada, denegrida e passada para a frente? A quem recorrer? A quem requerer para que o controle social seja autêntico, puro, sincero, transparente, moralizado? O governo se esconde por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi aqui colocado que tem verba. Dinheiro tem, mas não tem gestão.

O Poder Executivo contrata apadrinhados comissionados e correlatos, enquanto os profissionais não podem ser contratados. Esta Casa também tem o poder, como nós, de fiscalizar e fomentar políticas. Esta Casa deve exigir da gestão do Poder Executivo todo um levantamento dos recursos humanos mantidos pelo governo. Que seja separado o joio do trigo – o servidor, o comissionado, o terceirizado –, para que o governo não saia mais com essa desculpa da Lei de Responsabilidade Fiscal e assuma que essa gestão incha, infla a máquina administrativa. Se não há gestão, se não há vontade política de atender o povo, o que esta Casa deve fazer?

O Ministério Público autoriza o atendimento, liberação de UTIs, mas nada. As mortes anunciadas acontecem aos montes. A quem atenuar, ou responsabilizar por tal ato ou tal feito? O Ministério Público, como nós, conselheiros, temos que ser mais

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	39	

duros. Nós temos que exigir o nosso direito de representar o povo e que nos dê condições para isso.

Não há uma interligação entre os vários setores, os três segmentos: gestor, trabalhador e usuário. O trabalhador pode ser gestor. O usuário, nunca. O trabalhador tem as suas condições de alimentação, de mobilidade e tem, ao ser gestor, a sua gratificação, além do seu salário habitual, como nosso Presidente do Conselho Distrital, que é trabalhador, recebe o seu salário mensal e também a gratificação de cargo comissionado para desenvolver um papel de interesse público. Mas que interesses públicos são esses que são subjugados? Superintendências, DIRAPS – Diretoria Regional de Atenção Primária à Saúde não respeitam o controle social. Então, nós temos aqui o dever moral de lutar por um controle social realmente que atue, formule, fiscalize e que não fique a ver navios, a ser desrespeitado até com assédio.

Sras. e Srs. Deputados, esta Casa tem que mostrar para que veio: atender ao povo ou aos mandos e desmandos do Executivo. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vou passar a palavra ao Williamar Dias Ribeiro, do Conselho de Saúde do Gama.

SR. WILLIAMAR DIAS RIBEIRO – Muito boa tarde a todos os presentes, aos Srs. Deputados e à Mesa.

O que eu penso sobre controle social? O controle social é diferente de uma atividade sindical, em que a gente luta apenas por melhorias de trabalho, emprego. Controle social visa o usuário e sempre vai visar. A gente tem que ter noção disso, tanto os trabalhadores como os gestores e como o próprio usuário. O que muitas vezes acontece é que o controle social regional delibera; às vezes, isso vira uma recomendação, uma resolução; e simplesmente a gestão local passa por cima disso como se ali não houvesse nada.

Apesar de meu parco conhecimento jurídico, com o pouco que conheço, já formulei doze representações como conselheiro, e essas representações foram frutíferas, deram resultado. Eu até falo para todos os colegas aqui presentes: não tenham medo, formulem as suas representações; se isso não der resultado, procurem os órgãos competentes.

Para a gente estar aqui hoje... Eu sou trabalhador. Muitos trabalhadores têm que se ausentar dos seus locais de trabalho porque há reuniões, deliberações. O próprio gestor acha ruim. Olha que ambivalência. Você é trabalhador, faz parte do controle social e o próprio gestor acha ruim? A nossa legislação deve acompanhar isso nesse sentido. Os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas, devem emitir pareceres quanto a isso, quanto ao trabalhador participar dessas reuniões e participar como horas trabalhadas, porque ele está ali cumprindo um papel de relevância pública. Eu acho que o nosso papel é somar com gestão e com usuários para uma saúde digna e de qualidade.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA						NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL		40	

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Williamar.

Antes de o próximo falar, eu queria pedir licença para vocês porque o Governador acabou de me chamar para o Buriti. Ele precisa falar comigo urgentemente, e eu vou. Embora eu seja um Deputado de Oposição, eu estou sempre dialogando e tentando ajudar a manter a ponte ligada, porque sabemos que é difícil. Vou aproveitar inclusive e falar para ele desta audiência, da criação dessa frente, de tudo o que eu ouvi aqui.

Aprendi muito com vocês, mas fico extremamente triste com a situação pela qual passa os nossos conselhos, triste mesmo. Saio daqui triste, mas também com uma vontade muito grande de ajudar, de chamar o máximo possível de Deputados que sabemos que são sensíveis a essa questão da saúde.

Vocês podem ter certeza de que vocês ganharam aqui um Parlamentar, dois, três, quatro, cinco. Não sei quantos vão ser, tomara que sejam os 24. Mas, falando por mim, vocês podem ter certeza de que hoje eu também já me nomeio aqui um conselheiro de saúde do Distrito Federal. (Palmas.) Eu vou estar junto com vocês.

Sabemos que há muita coisa ainda para escutar, há muitas coisas absurdas por que vocês devem passar e sobre as quais não dá para falar numa audiência como essa, mas nós vamos continuar o debate, nós vamos ouvir, nós vamos saber, nós vamos para cima. A Câmara vai para cima porque é papel, é obrigação de nós Parlamentares servir de apoio para vocês.

Eu estou deixando aqui uma série de propostas que eu, a Deputada Celina Leão e nossas assessorias construímos em cima do que vocês falaram, em cima do que vocês apresentaram. São propostas muito boas. O que faltar, vocês acrescentem. A Deputada Celina Leão fica aqui até o final. S.Exa. vai ler os encaminhamentos. Em breve, estaremos nos vendo de novo. Ok?

Agradeço e peço desculpa, mas é importante em função de toda essa situação econômica, essa tentativa do governo de juntar esses fundos dos trabalhadores, a que temos nos posicionado contra aqui e vamos permanecer contra. Vamos ver se buscamos uma saída lá. Eu estou conversando com outros Deputados e com o próprio governo para que ele busque outra saída sem acabar com o fundo de aposentadoria dos servidores.

Peço desculpa mais uma vez. Agradeço e saio daqui triste, mas com muita vontade de mudar essa realidade de vocês. Muito obrigado.

A Deputada Celina Leão fica aí com vocês. (Palmas.)

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu quero agradecer ao nosso Presidente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	41

Eu queria que V.Exa. levasse um recado para o nosso Governador. Primeiro, a precarização do SUS – Sistema Único de Saúde, que acho que está clara e notória e foi falada aqui pelos nossos conselheiros.

Segundo, a falta de respeito com esta Casa, Deputado Ricardo Vale. Numa audiência como esta, em que nós estamos lançando uma frente parlamentar, não haver um representante do governo?! Leve a nossa indignação.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – E foram convidados. O Secretário de Saúde foi convidado. Não retornou, não mandou notícias, não mandou ninguém. O Ministério Público, que se diz um órgão parceiro da população, mandou um recado dizendo que não tinha interesse em vir aqui. Então, é um negócio impressionante. Mas vocês ganharam aliados importantes aqui e nós vamos para cima, como eu falei.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Obrigada, Presidente.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu quero avisar que nós estamos transmitindo ao vivo. Quem quiser passar o *site* da Câmara para os outros conselheiros que não puderam estar presentes a fim de eles acompanharem os pronunciamentos, o *site* é: www.cl.df.gov.br.

Eu vou passar a palavra agora ao Paulo Cabral, do Conselho de Saúde de Planaltina.

Quero agradecer ao nosso Presidente também. Muito obrigada, Deputado Ricardo Vale.

SR. PAULO CABRAL – Boa noite a todos. Eu queria começar cumprimentando a Mesa na pessoa da Deputada Celina Leão e dizer que foi uma coisa muito nobre o que vocês fizeram, uma iniciativa fantástica – eu diria até essencial. O conselho de saúde e esta Casa têm muita coisa em comum, e a gente tem que trabalhar juntos.

Eu queria aproveitar e estender um convite a vocês. O Deputado Wasny de Roure falou uma coisa muito interessante. Ele, de fato, já participou de várias reuniões do Conselho. O Deputado Cláudio Abrantes é um cara que participa sempre. Ele é um Deputado que está sempre com a gente na reunião do Conselho. O Deputado Joe Valle já foi algumas vezes.

Deputada Celina Leão, leve aos seus pares o convite para que vocês também nos visitem e participem da reunião. Isso ajuda a nos empoderar, dá força. Isso é para um gestor pensar duas vezes antes de cometer uma loucura, de fazer uma besteira, porque sabe que tem a força de vocês. A força de vocês é muito importante.

Eu queria começar, Deputada Celina Leão, depois, lógico, de agradecer a vocês, contando a breve história da Pediatria. Você esteve na nossa cidade justamente no dia da movimentação. A Pediatria de Planaltina vem, há uns três, quatro anos, acabando. Chegamos, no ano passado, ao absurdo de ter sete pediatras para cobrir

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	42

uma escala de 24 horas, durante trinta dias. Ou seja, humanamente impossível. E aí o resultado, Deputada Celina Leão, não poderia ser diferente. Eu, sabiamente, na última reunião distrital em que o secretário esteve presente, pedi a ele a soma de óbito infantil, e não houve outra surpresa. Em Planaltina, em 2016, vieram a óbito, infelizmente, 42 crianças. Nesse ano agora, até junho, 36 óbitos. E o pior de tudo, Deputada: 96% desses óbitos poderiam ter sido evitados. E aí, Borrachinha, a gente joga aquilo: agora é dividir responsabilidade e buscar quem de direito.

Vou dar uma sugestão a vocês. Protocolamos documento no Ministério Público, avisamos no ano passado e neste ano. Neste ano, na semana passada, tive uma reunião com o Bisol – até o Deputado arrumou para a gente uma reunião com ele – e ele falou assim: "Eu não sabia." Sabia, porque eu tenho um documento, protocolado no ano passado, que avisava o que aconteceria. E nesse ano aconteceu.

Então, o que nós estamos fazendo, Deputada? Juntamente com o promotor de saúde, a gente está fazendo uma coisa paralela com a nossa regional lá em Planaltina, com o Ministério Público regional. É o Dr. Marcelo que está nos ajudando muito. Eu queria passar essa sugestão a vocês, conselheiros. Gente, no nosso conselho de saúde, não podem faltar Ministério Público e OAB. Falei para a Eliana, que saiu daqui. Conversei com ela lá. Ela falou que, juridicamente, se sente indefesa. (Falha na gravação). Passe uma cadeira do conselho de saúde para a OAB. Todo documento que sai de Planaltina protocolado, que vai para o Ministério Público, que vai para a Secretaria, aonde vai, tem o endosso da OAB. Isso é de fundamental importância para que dê certo.

Eu queria também dizer o seguinte, Deputada Celina Leão: espero vocês nas nossas reuniões, para discutirmos algumas coisas. Mas tem algumas coisas que nosso secretário trouxe para nós, aqui. A Ouvidoria do Conselho Regional de Saúde, da nossa regional de saúde, também é do Conselho de Saúde. Então, é interessante que nós, conselheiros, peguemos a nossa ouvidoria, dos nossos hospitais. Ou seja, não tem como entrar uma reclamação no hospital sem passar pelo Conselho de Saúde. Isso, a gente tem que buscar. É a maneira que a gente tem de se apoderar.

Gente, Conselho de Saúde não é coitadinho e não está sozinho. Nós é que temos de nos apoderar, saber da força que temos e fazer valer essa força. (Palmas.)

Nós, lá de Planaltina, de Sobradinho, trabalhamos muito juntos. Está aqui a Pureza, nossa presidente lá e o Aécio. Nós trabalhamos muito juntos. Geralmente, o que a gente faz costuma dar certo. Gestor, superintendente que não trabalha junto com o Conselho de Saúde não pode estar gestor, não pode estar superintendente. E aí a gente divide a responsabilidade com vocês. Lá da regional de Brazlândia, do Gama, se o superintendente não está correspondendo, entrem em contato, que a gente, de Planaltina, de Sobradinho, consegue dar uma força para que esses gestores não estejam mais conosco. Eu acredito que a união, a coletividade aqui é que vai fazer valer a força. Não tem outra maneira de a coisa acontecer.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	43

Encerro minhas palavras agradecendo mais uma vez a vocês e digo que esse movimento que fizemos em Planaltina teve, Deputada Celina Leão, muita credibilidade por quê? Foi um movimento completamente apartidário. Embora agora o material venha de domínio público, todo mundo pega. Mas, enfim, foi um movimento apartidário. Foi um movimento em que nós, de novo, lembrando o que o Borrachinha falou, dividimos a responsabilidade com a sociedade, com a comunidade. O que está acontecendo é isso aqui. Já morreram, até o meio do ano, 36 crianças.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. PAULO CABRAL – Isto: abrir, dividir a responsabilidade. A comunidade se indignou e, de verdade, foi para a rua. Trabalhar com seriedade. Os conselhos precisam trabalhar com documentos. Gente, peguem o comitê de óbito de vocês, que sai semestralmente, sentem com o Conselho e abram. O comitê de óbito geral, o comitê de óbito infantil, leitos de internação. Ou seja, todo esse documento é material para a gente poder trabalhar.

E o Conselho de Saúde, quando trabalha com dados e fatos, a coisa acontece. A *Rede Globo*, para poder cobrir o evento, Deputada Celina Leão, ligou-me a manhã inteira perguntando: “Mas você tem certeza do que está falando?” Tirei uma foto e mandei no *WhatsApp*. Falei: “É isso aqui.” Deu credibilidade.

Então, todos os jornais pediram, para terem certeza de que a gente não está falando um achismo. E hoje – infelizmente, ou felizmente – a gente tem dados e fatos absurdos, que dariam uma matéria, uma reportagem todos os dias, se brincar três matérias por dia de cada Regional aqui.

Encerro mais uma vez agradecendo e o que precisar, a gente está lá, às ordens. Deputada Celina Leão, espero a senhora na nossa reunião do Conselho de Saúde.

Muito obrigado, meus irmãos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada.

Quero aqui parabenizá-los, pois tive a oportunidade de estar lá, no dia, e foi algo extremamente impactante, porque as mães das crianças participaram dessa manifestação. Portanto, quero parabenizar o Conselho de Saúde por estar à frente disso aí também.

Concedo a palavra ao Sr. Ivan Rodrigues, Conselheiro de Saúde do Riacho Fundo.

SR. IVAN RODRIGUES – Boa tarde a todos. Eu quero começar a minha fala sendo bastante claro com todos aqui, para que deixemos de demagogia. Eu pergunto a vocês: qual dos Deputados desta Casa é atendido pelo SUS? É a primeira provocação.

As pessoas falam: “Ah, eu defendo o SUS, eu amo o SUS.” Mas o que é o SUS e quem representa o SUS?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	44

A saúde é direito de todos e dever do Estado. Esquecem que, logo após, vem: "...mediante políticas sociais e econômicas." Esse é o SUS. Mas nós gostamos apenas do primeiro enfoque: "A saúde é um direito de todos e dever do Estado."

Sabidamente, esta Casa aprovou um orçamento, e nós estamos no caos. E quem aprovou o orçamento? Foi esta Casa. "Ah, nós somos contra o Instituto Hospital de Base." Quem aprovou o Instituto Hospital de Base? Foi o Conselho de Saúde ou foram os Deputados desta Casa? É para isso que temos de nos atentar.

Atrás e à frente dessa discussão, existem acordos que são feitos na calada da noite. Eu quero trazer aqui para vocês algumas situações. Tive o prazer de ser Diretor do Hospital de Santa Maria e também da Região do Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo e Candangolândia. Peguei a transição ali entre a Real Sociedade Espanhola e a Secretaria de Saúde. Eu estava administrando o hospital como Diretor Administrativo e pagava, no final do mês – a gente assinava, junto com o Coordenador de Direito à Atenção da Saúde –, referente à Real, dezessete milhões. Eu saí do Hospital, pagamos a última fatura, de 22 milhões, e o Hospital não atendia porcaria nenhuma do que ele se propunha a atender.

Hoje, o hospital, aquele elefante branco, sendo o segundo maior da rede, atende três especialidades.

Agora, eu tive o prazer, eu tenho como comprovar que a avaliação, quando estava com a Real Sociedade Espanhola, era de 87% de aprovação.

Eu vou falar uma coisa para vocês, com toda a sinceridade: eu vim agora há pouco do Base e só está faltando paciente sabe onde? No ar-condicionado central. São 187 pacientes para cem leitos. Eu digo para vocês: eu não quero ser atendido lá.

A gente vê que os políticos, os catedráticos da discussão, vão para o Sírio Libanês, o Albert Einstein. Você não vê ninguém dizendo: "Eu vou ser operado lá no Hospital de Base." Quem se lembra do episódio do Arruda, que falou que ia ser operado no Hospital de Base e, de última hora, fugiu.

Essa é uma realidade. A gente tem que discutir isso, porque é um fato. E a gente fica discutindo aqui questões... Gente, o mundo está adiantado, e nós estamos atrasados.

O que é o SUS? As Santas Casas não são o SUS? A iniciativa privada não faz parte do SUS? Faz parte do SUS sim. O Primeiro Mundo já tem há muito tempo o terceiro setor e nós ficamos nessa demagogia. Eu quero ver se vocês querem estar lá no Hospital de Base com 187 pacientes. Isso é um fato. Nós temos que atentar que o mundo está evoluindo e nós precisamos discutir. O processo está antigo e nós precisamos entender o que é o SUS. O SUS não é só a questão de dizer que o SUS é meu direito e dever do Estado. Como estão as políticas sociais e econômicas do País? A gente consegue discutir o Orçamento? Através de um Deputado, eu consigo ver o quadro demonstrativo da saúde, e vejo que a situação está muito delicada.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	45

Eu tenho duas questões a fazer aqui. A primeira: vamos parar de demagogia, não vamos chamar, Deputada Celina Leão, o Secretário de Saúde. Não. Vamos chamar os superintendentes e os diretores dos hospitais para prestarem conta aqui. Essa é a realidade, porque o Secretário vem e faz meia sala. Não, vamos chamar, vocês podem convocar, com a responsabilidade que esta Casa tem, os diretores dos hospitais, além dos superintendentes, e chamá-los à responsabilização.

Agora, eu quero tocar em um ponto bem delicado. No Brasil tupiniquim, médico pode ser Ministro do Orçamento, Ministro das Finanças, como foi o Palocci. A gente tem que tirar a ideia de que médico é gestor. Eu sou enfermeiro, eu sou administrador hospitalar, e quem sempre conduziu a saúde foram os médicos. E a saúde está onde está por quê? Quem conduziu essa casa? Quem fez os acordos de órteses e próteses? Quem fez os acordos de UTI? Quem fez os acordos de lavanderia? Eu chamo à responsabilidade vocês para que possamos alavancar o discurso e não fiquemos nos digladiando neste momento.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Ivan.

Passo a palavra ao Helvécio.

SR. HELVÉCIO FERREIRA – Boa noite a todos. Eu quero cumprimentar, em nome da Deputada Celina Leão, a Pureza e a Arindelita.

Eu vim hoje aqui com esperança de que a Frente Parlamentar em Defesa dos Conselhos Regionais trouxesse algo novo, trouxesse a esperança, trouxesse propostas. E aproveito, Deputada, com o máximo respeito, para me referenciar como testemunha.

No Conselho de Saúde do DF, é preciso estabelecer um tempo, um recorte anterior a 2011 e após 2011, porque as pessoas têm memória curta e não referenciam aqueles que constroem, aqueles que produzem, aqueles que edificam. Como era o retrato, qual era a composição do controle social, seja regional ou do DF, antes de julho de 2011, antes da 4.604? Controle social não tinha paridade. No DF, tínhamos cinco usuários, três trabalhadores e dois gestores, mas o gestor era o presidente nato. E assim era nos conselhos regionais, o gestor era o presidente nato. Foi nesta Casa que travamos uma luta para que se alterasse a lei e resgatou-se a paridade em julho de 2011. A exemplo do DF, quatorze usuários titulares, sete trabalhadores, sete gestores, e o presidente eleito entre os pares. Antes, não.

Na Lei Orgânica, o Conselho atua na formulação da política e no controle da sua execução. Os Conselhos Regionais são autônomos entre si, mas no controle social nós exigimos respeito, não se pode mentir no controle social, é proibida a mentira, a verdade é soberana, o conselheiro é um parlamentar do SUS e ele tem a obrigação de ser fiel aos princípios do SUS, principalmente para com a verdade.

Estabelecemos aqui, ainda em 2011, pela primeira vez, que o Plano Distrital de Saúde seria apresentado. E ele foi aprovado em agosto de 2012, Resolução nº 395.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	46

A gestão atendeu? Não. A gestão aplicou? Não. Em 2012, 2013, após o mandato do Secretário Rafael Barbosa, Helvécio Ferreira foi o primeiro presidente eleito que não é médico nem secretário de saúde. E, nas resoluções aprovadas – basta ver no Diário Oficial –, introduzimos pela primeira vez na história do controle social o quesito avaliador da gestão, Resolução nº 445, em que os conselhos regionais podem avaliar, através dos relatórios anuais de gestão, se a gestão foi competente e eficiente ou incompetente.

O controle social só se manifesta de três formas: moção, recomendação e resolução. O grande problema é que os nossos pares fazem reunião sem a pauta formulada e divulgada antecedente; não deliberam, na maioria das vezes; não publicam em Diário Oficial – e não têm validade as resoluções.

Parece que aquilo que se reclama de câmara de vereadores e de Câmara Legislativa também contaminou alguns conselhos, porque aquele conselho que atua, que formula, ele é respeitado e atuante. Não é domesticado. Não é o gestor que faz o conselho, não é o trabalhador que faz o conselho, não é o usuário que faz o conselho; é a pactuação, é a paridade, é a discussão, é a formulação da política. Agora, quem está fazendo isso?

Nós iniciamos nesta Casa, Deputada Celina, o Saúde em Movimento – começou com a senhora. Discutimos três agendas: organizar a atenção primária para torná-la resolutiva, organizar a rede de urgência e emergência para torná-la efetiva 24 horas, e a infraestrutura. As duas primeiras o conselho já conseguiu resolver. Mas onde e em qual conselho regional está sendo discutido apropriadamente? Porque nós temos conselhos e conselhos.

Algumas inverdades são ditas, e as pessoas precisam tomar cuidado com o que falam. O Conselho de Saúde do DF jamais recebeu recurso público. É uma mentira deslavada! O Conselho de Saúde do DF não recebe verba pública! Sofre, padece do mesmo mal – internet, telefone, tudo. Sabe-se muito bem como é que funciona. Mas as pessoas preferem responsabilizar terceiros pela sua ineficiência, pela sua irresponsabilidade. Minha vó dizia o seguinte: ladrão só enxerga com olhos de ladrão; assassino só enxerga com olhos de assassino. O mal não enxerga com os olhos do bem. O bem, sim, o bem é amplo, é abrangente, ele tem amor, ele tem os olhos da verdade.

O que nós precisamos nesta Casa é discutir uma forma em que a gestão passe a executar efetivamente as resoluções que o conselho delibera. Nós temos hoje a melhor política formulada e aprovada. O primeiro direcionamento, está aí a atenção primária – a 465. Quem derrotou OS? Quem derrotou OS? Foi o controle social, com a atuação dos sindicatos, com a atuação das entidades e desta Casa. A proposição que se apresentou foi a Resolução nº 465, uma das melhores políticas.

Como é que ela está sendo aplicada agora, Cláudia? Onde o conselho atua... O exemplo que você deu, com relação à portaria 231: por que é que não foi aplicada

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	47

a 231? Porque o conselho lá discutiu, marcou reunião, pautou, deliberou. Por que os outros não fizeram? O que faltou? Eu preciso de um gabinete com ar-condicionado, geladeira e telefone para poder fazer a reunião do controle social? Eu preciso de vontade, determinação e boa vontade. É do que eu preciso: caráter, honra e defesa verdadeira do SUS – Sistema Único de Saúde, não falácia.

Hoje, pela primeira vez na história, a programação de saúde foi apresentada ao Conselho de Saúde do ano passado. Na história do SUS, é a primeira vez! O RAG – Relatório Anual de Gestão 2015 foi submetido no escopo da 445. O Relatório Anual de Gestão 2016 está pautado agora para o dia 12 no escopo da 445, em que se pretende avaliar a gestão. E aí como é que alguém defende a gestão, obedece a ela, se, pela primeira vez na história do Distrito Federal, o conselho já está na quarta representação contra o Estado no Ministério Público por violação de direitos dos usuários e dos trabalhadores? Quem o fez antes? E quem o faz agora é tachado de governista?

Tenham respeito pela verdade porque no SUS não se admite a mentira. É preciso trazer a verdade. E agora, quando falta argumento, sobra insulto. Eu não posso trazer a esta Casa picuinhas ou baixarias, porque aqui é a Casa do Povo. Tenho que trazer argumento, proposições sólidas em defesa da sociedade. O que precisa ser feito, inclusive, é rever o papel do controle social. O controle social precisa corresponder à expectativa da sociedade. O que nós temos também, Deputada, infelizmente, assim como em algumas casas legislativas, são representantes de si mesmo, que verdadeiramente não representam o povo, porque falsas lideranças não sobrevivem ao calor das urnas. Elas fenecem, porque a verdade exige que assim o seja.

Eu peço encarecidamente, inclusive, que as notas taquigráficas sejam direcionadas formalmente ao Conselho de Saúde do DF, porque algumas mentiras que foram ditas aqui terão consequências. Conselheiro de saúde não pode mentir e, uma vez mentindo, quebra o decoro e é afastado do cargo, inclusive pelo próprio segmento. Não admitimos mentira no controle social. Aqui nós temos um conselheiro do DF, Luís Maurício, que sabe do que eu estou dizendo e do que é feito, que todas as deliberações do conselho são registradas em atas, e as deliberações, publicadas em Diário Oficial. Não tem compadrio, não tem conchavo. É no voto aberto. Não é voto secreto. É por aclamação presencial.

Espero, sinceramente, que esta Casa possa atuar conosco para que as políticas aprovadas pelo controle social sejam efetivadas, porque o que se tem hoje... Eu achei que a gente fosse debater aqui atos de alta complexidade, leitos sendo fechados por déficit de RH – Recursos Humanos, horas extras não sendo pagas e as mortes por desassistência acontecendo diuturnamente. Precisamos responsabilizar alguém. Alguém tem que responder por isso. E todo esse cenário, felizmente, está registrado em ata e em deliberações. Já fora previsto pelo Conselho de Saúde, ainda no segundo semestre de 2014, especificamente para o segmento dos trabalhadores no dia 17 de setembro e, em reunião geral, com a presença do Secretário do Ministério Público, no dia 22 de setembro de 2015, no Hospital de Base.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	48

Nós avisamos o que iria acontecer. Com a Deputada Celina Leão, inclusive, à época – infelizmente não permaneceu na Presidência –, tínhamos um diálogo institucional fluente. As coisas eram encaminhadas, discutidas e pactuadas aqui nesta Casa. Chegamos a pedir, inclusive, uma audiência pública para o realinhamento da Lei Orçamentária Anual, porque, ainda em 2015, avisamos: a partir de maio de 2016, não tem dinheiro para custeio de telefonia, internet, insumos, combustível etc. Aí você chega, no mês de abril deste ano, às USAs – Unidade de Suporte Avançado do Samu e você tem em um dos indicadores do Samu, os PCR, que são as paradas cardiorrespiratórias, menos de 3% de retorno. Por quê? Fomos atrás. Os DEAs – Desfibriladores Externos Automáticos não tinham bateria. Como é que você vai fazer a utilização de um desfibrilador sem bateria? É a quadragésima quarta viatura dando baixa da equipe. Não tínhamos alternativa a não ser cravar uma representação no Ministério Público contra o Estado por violação de direitos. Você chega ao setor de traumas do Hospital de Base, que é referência, você não tem um tubo endotraqueal para fazer um procedimento em um paciente.

Essa é a preocupação do controle social. Não é picuinha, não é estória, não é mula sem cabeça, nem estória de lobisomem, porque o conselheiro de saúde verdadeiro e a conselheira de saúde verdadeira fazem o melhor com o que ele tem e com o que ela tem. Não precisa de apoio ou benesse de quaisquer outros, basta ter honra, sinceridade e o propósito de fazer o bem.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Já estamos nas considerações finais. Antes de passar aqui aos itens que foram pactuados pelo nosso gabinete e pelo gabinete do Deputado Ricardo Vale, eu rapidamente quero fazer uma retrospectiva – acho que é mais uma reflexão – aqui a todos a vocês.

A saúde pública do DF, no meu sentimento, foi precarizada de propósito. Ela foi vendida ainda na campanha eleitoral. Talvez ninguém tenha coragem de falar isso, mas foi pactuada na campanha eleitoral, para que, durante o mandato, este acordo político fosse pago. Basta ver que quem doou recursos para a campanha do Governador Rodrigo Rollemberg foi preso lá em Manaus e está preso até hoje pela Polícia Federal.

E foi muito engraçado, eu acho que é importante que seja falado aqui, porque muito se cobra desta Casa. Quando eu ainda estava na Presidência, ainda fiz questão de algumas coisas, porque, quando você é presidente de um poder, você tem de entender a sua responsabilidade, e eu falei aqui neste Poder Legislativo que, enquanto eu fosse Presidente desta Casa, não passaria terceirização da saúde pública do Distrito Federal. Falei muitas vezes e paguei um alto preço por isso. Por quê? Porque o governo tinha uma fatura a ser paga.

Então, eu acho que é muito importante nós fazermos algumas reflexões, até porque este governo vem com imposições. E, quando eu vejo vocês conselheiros

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	49

colocarem como estão sendo tratados por muitos gestores, isto é uma repetição de um comportamento que vem de cima. Porque, quando você tem um modelo que você olha como um modelo de humildade, de trabalho, você reflete, você não tem nem coragem. Então, o que vemos repetidamente nos conselhos é um comportamento que chega a ser fascista.

Eu falo isso com muita tranquilidade, porque eu, como Deputada, já fui barrada em hospital por vigilantes. Eu fico imaginando vocês. E eu não paro, não. E ainda digo: vocês querem me prender? Então vocês me prendam, porque eu, como Deputada, não vou vir aqui para fiscalizar um hospital que esteja me esperando. Eu quero fiscalizar o hospital que está aqui do jeito como a população está sendo atendida. Eu imagino vocês, sem o manto do mandato, sendo acusados muitas vezes de ilegalidades que não foram cometidas.

Então, eu acho que a criação desta Frente Parlamentar é justamente para dar voz à sociedade. Porque falam que esta Casa votou a terceirização da saúde pública, e eu digo que ela votou; alguns votaram, outros não. Treze votaram. Nós vivemos em uma democracia, e a maioria, infelizmente, ganha da minoria. E é nisso que é importante a participação de vocês. É muito importante porque vocês representam a sociedade.

Foi muito bonita a fala da colega conselheira quando ela colocou que nós precisamos representar o que vocês decidiram e pactuaram dentro dos conselhos. Nós temos o entendimento de que, para a saúde pública do Distrito Federal, nós tivemos uma péssima experiência de OS, que foi no Hospital de Santa Maria, que, apesar de ter um grande índice de aprovação, deixou um rombo de 38 milhões que até hoje não foram recuperados aos cofres públicos.

Nós recebemos muitas denúncias, inclusive uma denúncia do Sarah, de que toda aquela contagem de excelência de atendimento era falsificada. Como é que nós sabemos que 85% das pessoas saíram de lá realmente satisfeitas? Então, o que me deixa perplexa é que, quando nós não temos dinheiro nem para pagar horas extras, nós vamos ter dinheiro para contratar terceirizados? Nós ESTAMOS vivendo o fim do mundo, o fim do poço.

Então, eu acho que estas discussões são importantes. Acho que há caminhos a serem apontados. E estes caminhos vão partir de vocês. Vocês percebem a saúde pública muito melhor que nós. Somos nós quem formulamos as políticas públicas, mas nós temos de entender que as políticas públicas partem dos movimentos sociais.

Então, eu quero deixar alguns encaminhamentos aqui. Primeiro, agradecer a presença aqui do nosso Auditor do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Dr. Agnaldo Moreira Marques, que tem feito este trabalho de capacitação. É como disse o Helvécio: se você não sabe o poder que você tem, você não o pratica. Como disse o nosso conselheiro de Planaltina: cada vez priorizar mais a qualidade nesse atendimento.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	50

Então, eu quero agradecer muito este trabalho que o Tribunal de Contas do Distrito Federal está fazendo.

Eu quero agradecer também à Sra. Maria Arindelita Neves de Andrade, que está aqui representando a Frente Popular em Defesa do SUS. Quero agradecer também à Coordenadora do Fórum Itinerante, a querida Maura Lúcia, que também tem um testemunho pessoal de perseguição, de muita luta, para estar à frente, voluntariamente, representando a população do Distrito Federal. E também o Deputado Ricardo Vale.

O Deputado Ricardo Vale e as nossas assessorias pactuaram quatro pontos, mas eu já coloquei mais dois que foram sugestões que nós anotamos. Para que vocês entendam como funciona a Frente Parlamentar, nós vamos ter de fazer um estatuto de como é que vai funcionar. Essas reuniões serão pactuadas com as equipes: quantas vezes por mês, como vão acontecer, quem vai participar, como é que vai funcionar tudo isso. Aqui nós temos os representantes do gabinete do Deputado Ricardo Vale e do nosso gabinete também para, depois, a gente mandar *e-mails* para a gente marcar uma reunião, não de audiência, mas de trabalho, para que a gente possa pactuar o estatuto.

Isso é muito importante para a Frente Parlamentar, porque ela já não é só uma figura pública: A Frente Parlamentar. Ela tem um estatuto, têm que ser cumpridas as regras e o regimento, para que a gente possa realmente prestar contas desse trabalho da Frente Parlamentar.

Ficou pactuado o seguinte: 1- Criar um grupo de trabalho que, no prazo de noventa dias, em conjunto com os conselhos e frentes populares, apresente um diagnóstico sobre a estrutura legislativa para os conselhos regionais, fazendo uma revisão das leis existentes, trazendo propostas de atualização delas.

Então, é isso. Quem quiser participar pode mandar já os *e-mails* para os gabinetes, para o meu gabinete e para o gabinete do Deputado Ricardo Vale. (Palmas.)

2- Solicitar formalmente do GDF as informações quanto aos espaços destinados para o funcionamento dos conselhos regionais de saúde, inclusive com levantamento das necessidades orçamentárias necessárias para o funcionamento destes, prevendo, entre outras questões, o aparelhamento e a adequação de espaço onde os conselhos não têm sede.

Isso é a questão que vocês colocaram muito que é a questão da estruturação. Esta Casa aprova a LOA – Lei Orçamentária Anual. Agora, no final do ano, a gente pode tentar já fazer com que a comissão de orçamento, dentro do próprio orçamento do estado, faça uma previsão orçamentária para dar um mínimo de estrutura para vocês já no ano que vem.

3- Realizar, no âmbito da CLDF, ainda no primeiro semestre de 2018, em parceria com o GDF, uma conferência distrital com os conselheiros de saúde do DF.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	51

4 - Levar os membros dessa Frente Parlamentar para, em conjunto com os conselhos, visitar e verificar as condições de atendimento de saúde das unidades da rede pública em suas respectivas regionais.

Isso aqui é uma parte de fiscalização. Quando estivermos indo às cidades – o Deputado Ricardo Vale é Presidente de uma importante comissão, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, eu estou na Procuradoria da Mulher e estou na Comissão de Fiscalização, Transparência e Controle. A ideia é unificar essas duas comissões –, irmos aos hospitais, mas com a presença dos conselheiros de saúde também que podem nos nortear e dar excelentes sugestões, e fazemos alguns diagnósticos durante essas visitas. Serão as *blitzes* dos conselheiros com a Câmara Legislativa.

Nos itens nºs 6 e 7, que eu anotei aqui, foi até uma sugestão do nosso Conselheiro de Planaltina, falando sobre a cadeira cativa da OAB. Acho que a gente pode fazer um ofício, pela Câmara, solicitando isso para a própria OAB, para ela designar um advogado para estar em todos os conselhos. Eu acho que é muito legal a gente fazer isso institucionalmente.

Também a gente pode fazer uma lei, imediatamente, exigindo que toda reclamação que for para a Ouvidoria vá também – essa é uma lei que a gente pode fazer, é uma lei simples, é uma legislação muito simples, não tem vício de iniciativa – para aquela regional, para que os conselheiros tenham acesso a essas reclamações.

Então, para vocês perceberem, em uma tarde, a gente conseguiu compilar algumas ideias. A gente sabe que a gente precisa preparar uma legislação distrital também para melhorar, como vocês colocaram, a autonomia dos conselheiros, deixar isso mais claro. A gente vai preparar aquilo que estiver na nossa competência e que a gente tem condição de criar. Aquilo que for competência do Governo do Distrito Federal, por exemplo, de criar cargos e um pouco mais de estrutura, é competência do Governo do Distrito Federal, mas nós podemos dar poder.

Esta Casa pode, às vezes, não criar gastos, mas ela pode dar poder maior de fiscalização para vocês, poder de autonomia, como vocês colocaram. A gente pode legislar sobre isso, e não tem vício de iniciativa, nem inconstitucionalidade.

A gente quer o apoio de vocês para a gente preparar uma legislação onde vocês consigam fazer o trabalho que vocês fazem e que muito orgulha esta Câmara Legislativa, cada vez mais, com a dignidade que vocês merecem. Eu fiquei muito impressionada aqui com muitas falas, com conselheiros de muitos anos trabalhando e colocando que a gente está vivendo a pior situação da saúde pública do Distrito Federal.

No primeiro ano e no segundo ano, quando estive na Presidência, todos os Deputados abriram mão de 80% das suas emendas Parlamentares para fazer o socorro na saúde, o Helvécio sabe disso. A gente fez um encaminhamento para todos os Deputados para que isso acontecesse, mas a gente sabe que a saúde pública pode

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	09	2017	14h56min	78ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	52

melhorar, nós temos sugestões a dar, mas acredito que o trabalho de vocês vai engrandecer muito o trabalho do Poder Legislativo.

No mais eu quero agradecer do fundo do coração a presença de vocês numa hora dessas, são exatamente 18h35min. Eu sei que tem pessoas aqui que faltaram o serviço hoje, eu sei que tem outras pessoas aqui que deixaram os seus afazeres, os seus familiares, muitos outros compromissos para estarem aqui conosco. A gente só tem a agradecer, acho que vocês representam dignamente o Distrito Federal e principalmente o usuário da saúde pública.

Muito obrigada. (Palmas.)

SRA. CLAUDIA AIRES – Deputada, eu gostaria de pedir que não esquecessem uma coisa que é essencial para os conselhos regionais. Trata-se da questão das nossas resoluções. Como o Poder Legislativo vai saber o que nós estamos resolvendo nas nossas regionais se essas resoluções não são publicadas no Diário Oficial?

Então, por favor, criem um mecanismo que obrigue o gestor a publicar as nossas resoluções, porque assim todo o DF vai saber o que nós resolvemos, o Poder Legislativo vai saber o que nós resolvemos e assim vai poder ser cobrado. Ninguém sabe o que o conselho regional pensa porque simplesmente não são publicadas as resoluções. O conselho do Paranoá tem seis a oito resoluções escritas, já pedimos socorro até ao Conselho de Saúde do DF para conseguir que elas fossem publicadas desde do início do nosso mandato, e nunca foram publicadas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Essa é uma lei distrital muito simples, a gente pode fazê-la.

SRA. CLAUDIA AIRES – Precisamos que o gestor seja obrigado a publicar as nossas decisões.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Gente, eu queria até fazer um pedido, diante da fala da nossa conselheira. Quem tiver sugestões também nos enviem, numa sugestão simples como essa a gente pode legislar, eu e o Deputado Ricardo Vale. Então, peço que nos encaminhem pelo nosso e-mail.

Quero agradecer aqui ao Doriva, a toda a equipe do Deputado Ricardo Vale, a minha equipe também, mas principalmente a vocês que estão aqui até uma hora dessa cuidando do próximo. Agradeço a presença dos Parlamentares, das autoridades do governo e dos demais convidados que aqui estiveram.

Declaro encerrada a Comissão Geral, bem como a Sessão Ordinária que a originou. Que Deus abençoe a todos. Muito obrigada.

(Levanta-se a sessão às 18h37min.)